

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013



MARÇO/ 2013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, com alterações da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, com as alterações da Decisão Normativa nº 129/2013, e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações de controle interno.

Rio de Janeiro, março de 2014.

SUMÁRIO

A - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução	9
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	14
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	15
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	16
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	32
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	32
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.1 . PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	33
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	34
2.2.2 Objetivo.....	37
2.2.3 Ação.....	40
2.2.3.1 Ações - OFSS.....	40
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	43
2.2.3.5 Análise Situacional.....	44
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	44

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA E GOVERNANÇA.....	45
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	48

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	48
4.1.1 Programação.....	48
4.1.1.1 Análise Crítica.....	49
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	49
4.1.3 Realização da Despesa.....	57
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	57
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	58
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	59
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	60
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	62
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	62
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	64
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	64
4.3.1 Análise Crítica.....	65
4.4 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	65
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	65
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	66
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	67
4.4.5 Análise Crítica.....	67

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	68
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	68
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	69
4.5.5 Análise Crítica.....	69

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	69
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	69
5.1.1.1 Lotação.....	69
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	70
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	71
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	72
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	72
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	73
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	73
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	75
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria...75	
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	75
5.1.5 Cadastramento no Sisac.....	76
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	76
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	77

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	78
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	79
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	79
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	81
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	81

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	81
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	83
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	83
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	84
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	84

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	85
7.1.1 Análise Crítica.....	88

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	88
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	90

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI.....	91
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	91
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	96
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	101
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	101
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	102
9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....	102
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	104

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 MEDIDAS ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	104
--	-----

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena.....	106
------------------------------	-----

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	107
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1 - Identificação da Unidade - Relatório de Gestão Individual.....	14
Figura 1 - Organograma Funcional.....	16
Quadro A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	14
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático.....	34
Quadro A.2.2.1.1 – Programa Temático.....	35
Quadro A.2.2.1.2 – Programa Temático.....	36
Quadro A.2.2.3.1 - Ações – OFSS.....	40
Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS.....	43
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	46
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas.....	48
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	50
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	56
Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	57
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	58
Valores Executados diretamente pela UJ.....	58
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	59
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários Valores Executados Diretamente pela UJ.....	60
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	62
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	62
Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	64
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	65
Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	66
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	67
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	68
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	69
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	69
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	70
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	71
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	72

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	72
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	73
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	75
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	75
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	76
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	76
Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	78
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	79
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	79
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	81
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	83
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	84
Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	84
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	85
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	88
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	90
Quadro A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	91
Quadro A.9.2.2 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	96
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	101
QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	103
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	106

Introdução

O Relatório de Gestão do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) obedece a determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União através dos seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU 72/2013) - Normas gerais de organização e de apresentação dos relatórios de gestão
- Decisão Normativa TCU nº 127/2013 - Relatórios de Gestão de 2013
- Portaria TCU nº 175/2013 - Estruturação dos Conteúdos do Relatório de Gestão

A estrutura adotada obedece ao Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127 de 2013, dividida em:

A - Informações Gerais sobre a Gestão e Informações Contábeis da Gestão

Quanto aos itens que se seguem, conforme justificativa específica, não houve ocorrência no exercício de 2013 ou o item não se aplica à instituição:

No **item 1**, “Identificação da Unidade Jurisdicionada”, não se aplicam os itens 1.1.2 “Relatório de Gestão Consolidado”, 1.1.3 “Relatório de Gestão Agregado” e 1.1.4 “Relatório de Gestão Consolidado e Agregado”, pela própria natureza da unidade, órgão simples do MCTI.

No **item 2**, “Planejamento da unidade e resultados alcançados”, não se aplica o Quadro A.2.2.2, “Objetivo” e respectiva análise situacional, uma vez que as específicas metas em questão não foram previamente estabelecidas pela unidade. Tampouco se aplicam à unidade os **itens 2.2.3.2**, “Ações/Subtítulos” e **2.2.3.4** Ações - Orçamento de Investimento – OI.

No **item 3**, "Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão", **os subitens 3.3**, “Remuneração paga a administradores” e **3.4**, “Sistema de correição” e respectivos quadros não se aplicam, pois não existe formalizado na estrutura da UJ um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações. Embora não formalizada uma estrutura na UJ com a função de um Sistema de Correição da Unidade, comissões são instituídas quando necessário para resolver os casos surgidos.

Quanto ao **item 4**, "Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira", não houve ocorrência-quanto ao **subitem 4.2** - "Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos" no exercício em referência ou em exercícios anteriores, por esta razão o Quadro A.4.2 não se aplica. Também não há informações sobre o **subitem 4.4.1** “instrumentos de transferência no exercício em referência”, pois, no ano de 2013, não foi celebrado nenhum instrumento de transferência. No subitem **4.5** "Suprimento de Fundos", não houve ocorrência quanto ao **subitem 4.5.2** "Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”. Não se aplica o **item 4.6**, porquanto não há ocorrência para "Informações sobre Renúncia Tributária" e nem em relação a "Informação sobre a gestão de Precatórios", pois a unidade não pratica os referidos atos.

Quanto ao **item 5** "Informações sobre Recursos Humanos", não houve ocorrência quanto aos **subitens 5.1.5.2 "Atos sujeitos à comunicação ao TCU"** e **5.1.5.4 "Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico"** e **5.1.5.3 "Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos com Impropriedades"** e quanto às informações solicitadas no quadro A.10. Os **subitens 5.2.1 "Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão"** e **5.2.2 "Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público"**, seus respectivos quadros e a análise crítica não se aplicam, pois, segundo informação da Coordenação de Administração, responsável pelos contratos de terceirização, não há na instituição funcionários terceirizados em cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

O **item 6.3**, "Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros" e respectivo quadro não se aplicam, pois a unidade não loca imóveis de terceiros.

Quanto ao **item 9.1**, "Deliberações do TCU Atendidas no Exercício", nada consta a relatar, pois não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU no período, segundo informação da Coordenação de Administração. Portanto, não se aplicam os respectivos subitens e quadros. O **item 9.5** "Medidas adotadas em caso de dano ao erário" não se aplica, pois não foi detectado caso de dano ao erário no ano de 2013.

No **item 11**, "Informações contábeis", o **subitem 11.2.2** não se aplica, eis que apresentado o quadro anterior (Quadro 11.2.1). Tampouco se aplicam os **subitens 11.5.1**, "Composição Acionária do Capital Social" e **11.5.2**, "Investimentos permanentes em outras sociedades", porque a unidade não é empresa e não realiza esse tipo de investimento. Pelo mesmo motivo, não se aplica o **item 11.4** "Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976". Não se aplica o **item 11.3**, "Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008", porque a contabilidade é executada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Principais Realizações 2013

Em 2013 foram publicados 312 artigos científicos em periódicos de circulação internacional pelos diversos grupos de pesquisa da instituição. Esse número justifica a classificação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas em primeiro lugar de publicações nacionais em todos os critérios de avaliação no ranking SCImago 2013, um dos mais prestigiados do mundo. No critério NI (*normalized impact*), que mede a citação de publicações acima do índice médio mundial, o CBPF atingiu o índice de 1,7, o que significa que seus artigos científicos recebem 70% mais citações do que a média global. No critério Q1 (*high quality publications*), que mostra a porcentagem de artigos publicados nas mais conceituadas revistas de cada área do conhecimento, foi alcançada a marca de 62,13%.

Na área de Física de Altas Energias, além da publicação de 194 artigos, destaque-se o anúncio de um importante resultado produzido pelo experimento LHCb, desenvolvido no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), maior laboratório do mundo, do qual participam grupos de pesquisa da instituição: a assimetria entre matéria e antimatéria observada nos decaimentos de mésons Bs - partículas geradas nas colisões de prótons pelo

experimento LHC. Este resultado aprofunda o nosso conhecimento sobre o tema da assimetria entre matéria e antimatéria no Universo. A nova medida continua em boa concordância com o modelo teórico denominado Modelo Padrão - teoria que descreve as forças fundamentais forte, fraca e eletromagnética, bem como as partículas fundamentais que constituem toda a matéria - e, embora ainda não seja suficiente para resolver o mistério do excesso da matéria sobre a antimatéria, é um passo do experimento na direção certa.

Em Física Experimental de Baixas Energias ressalte-se a publicação do artigo *Measuring Bipartite Quantum Correlations of an Unknown State* na *Physical Review Letters* (PRL), no qual os autores - pesquisadores do Instituto de Física da USP de São Carlos, do Departamento de Matemática da Universidade de Nottingham e do grupo de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) do CBPF - mostram os resultados de uma série de experimentos para caracterização e quantificação do emaranhamento - uma propriedade física essencial de sistemas quânticos e base de várias aplicações potenciais em computação e comunicação.

Em Física Teórica, merecem destaque a realização da V Reunião de Trabalho do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Sistemas Complexos (INCT-SC), do *V Workshop Challenges of New Physics in Space* e do encontro internacional *Workshop on Complex Systems - foundations and applications* em homenagem aos 70 anos do Professor Constantino Tsallis. Com sede na instituição, o INCT-SC foi considerado "excelente" na avaliação realizada pelo CNPq sobre as atividades desempenhadas entre 2009 e 2013.

Na área de Cosmologia, o projeto SOGRAS (*SOAR Gravitational Arc Survey*), iniciado em 2007 por um grupo de astrônomos de instituições de pesquisa brasileiras interessados na busca sistemática e análise de arcos gravitacionais, publicou seus primeiros resultados científicos. O artigo publicado na prestigiosa revista científica *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, editada pela Oxford University Press, divulgou um estudo realizado com cerca de 50 aglomerados de galáxias, mostrando fortes evidências de arcos gravitacionais em pelo menos seis deles. Três desses sistemas foram observados durante o tempo de utilização por pesquisadores brasileiros de um telescópio ainda mais possante que o SOAR, o Gemini, que possui um espelho de 8m. Pesquisadores e alunos de pós-graduação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade de São Paulo (USP) e do Observatório Nacional (ON) - juntaram-se a cientistas do Laboratório Nacional Enrico Fermi (Fermilab), nos Estados Unidos, para buscar arcos gravitacionais em aglomerados de galáxias.

Formação Científica

Em 2013 foram defendidas 12 dissertações de mestrado (seis no Mestrado Acadêmico em Física e seis no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação Científica) e 12 teses de doutorado em Física no Programa de Pós-Graduação do CBPF. Essas teses e dissertações geraram 41 publicações entre artigos científicos em periódicos indexados no Science Citation Index (SCI) e Notas Técnicas, série que integra as publicações do CBPF. Esses indicadores simultaneamente estão em consonância e justificam a manutenção da nota máxima (7) atribuída ao Programa de Pós-Graduação em Física (mestrado e doutorado) na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que considerou o triênio de 2010 a 2012. Em relação ao Mestrado Profissional, modalidade cuja nota máxima a ser alcançada é 5, a nota atribuída ao CBPF aumentou de 3 para 4.

Cooperações

Na área de cooperações internacionais, o maior destaque foi a aprovação da candidatura do Brasil como membro associado pelo Conselho Executivo do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN, na sigla em francês), entidade que entrou para a história com a criação da *web* há duas décadas e com o maior acelerador de partículas do mundo que, neste ano, garantiu a confirmação da existência do bóson de Higgs. A iniciativa deve custar cerca de US\$ 10 milhões por ano ao Brasil, mas abrirá as portas para a participação de empresas brasileiras em licitações de grande vulto de peças e serviços e permitirá a formação de centenas de cientistas. Além de integrar vários dos experimentos desenvolvidos no CERN, pesquisadores do CBPF participaram das negociações entre o governo brasileiro e o laboratório com sede em Genebra. A Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE), cujas atividades são coordenadas e gerenciadas pelo CBPF, também tem desempenhado um papel relevante na consolidação da participação brasileira não só nos experimentos desenvolvidos no CERN, mas também em outras grandes colaborações internacionais em altas energias.

Outro dado a ser ressaltado é o início de novas colaborações, nacionais e internacionais, que estão sendo trazidas para a instituição com o ingresso dos novos pesquisadores aprovados nos concursos públicos de 2012.

Conferências e Encontros Científicos

Em 2013 foram realizados diversos encontros científicos como a *8th International Conference on Plasma Assisted Technologies* (ICPAT) e a série de eventos sediados no CBPF, em abril de 2013, dedicados a aspectos emergentes da matéria quântica e da matéria condensada, áreas de fronteira selecionadas pelo ICAM-I2CAM (*International Institute for Complex Adaptive Matter*). O ICAM funciona como um instituto *without walls*, e desde 1999 focaliza esses tópicos. Os eventos se dividiram em: Conferência Anual do ICAM (17 a 20 de abril); 1º Workshop I2CAM/CBPF: *Frontiers of Quantum Matter* (20 e 21 de abril); e 6ª Escola ICAM/FAPERJ (21 a 27 de abril).

Entre os encontros de maior relevância também merece destaque a *33rd International Conference on Cosmic Ray - ICRC*, realizada de 02 a 09 de julho. A conferência, pela primeira vez organizada na América do Sul, contou com a participação do físico norte-americano e Nobel de Física de 1976 Samuel Ting, que apresentou os resultados mais recentes de um experimento científico espacial sobre a matéria escura, o misterioso componente que responde por cerca de um quarto da constituição do universo. Outros encontros que trataram de temas de fronteira na Física e ciências afins foram a *IV Quantum Information School* e o *Workshop Paraty 2013*, (05 a 16 de agosto), oferecendo cursos sobre informação e computação quânticas e discutindo os recentes avanços nesses campos, respectivamente, e a *NMR Quantum Information Processing*, que teve como foco os avanços experimentais na área de processamento quântico utilizando a técnica de Ressonância Magnética Nuclear. O interesse e a crescente produção sobre o tema - que gerou mais de 500 artigos na última década - refletem a extrema atividade que o campo da informação quântica tem mostrado em anos recentes.

A instituição também sediou a 2ª Oficina de Instrumentação Científica e Inovação Tecnológica - o2i (30 e 31 de julho), que teve como público-alvo profissionais, estudantes, professores e empresários com interesses em ciência, tecnologia e inovação nas áreas da Física, Engenharias, Química, áreas ligadas à saúde humana e ciências afins. Na atual edição do evento foi observada maior participação de empresas que enviaram representantes interessados nas pesquisas desenvolvidas pelo CBPF. Tal fato é reflexo da mudança cultural e do fomento realizada pelo governo em prol da Inovação, o que tem levado as empresas a se aproximarem cada vez mais das unidades de pesquisa em busca de soluções tecnológicas.

Prêmios e Distinções

Entre as honrarias e distinções recebidas por membros do CBPF em 2013 estão a indicação de seu diretor, Fernando Lázaro Freire Júnior, para membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC); a nomeação do pesquisador titular João dos Anjos - diretor do CBPF de 2000 a 2004 - para exercer o cargo de diretor do Observatório Nacional (ON); e a indicação de Alberto Passos Guimarães, pesquisador emérito do CBPF, para a direção do Instituto Ciência Hoje (ICH), entidade que desenvolve atividades educativas e de divulgação científica, vinculada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O ICH desempenha um importante papel na popularização e divulgação das atividades científicas no país, concentrando sua ação em três frentes principais: a publicação mensal das revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, o portal *CH-Online* e os programas de apoio à educação, desenvolvidos em conjunto com escolas públicas do país.

Instituído este ano pela comunidade de Sistemas Eletrônicos Fortemente Correlacionados (SCES, na sigla em inglês), o *Prêmio Bernard Coqblin* foi concedido, em sua primeira edição, a Elisa Saitovitch, pesquisadora do CBPF, durante cerimônia na conferência anual da área, a SCES 2013, realizada em Tóquio, Japão, em agosto. Foi também sob sua coordenação que o CBPF sediou a "I Conferência Brasileira de Mulheres na Física", nos dias 17 e 18 de agosto. Inserida no âmbito das ações de inclusão social, e organizada pela comissão das relações de gênero da Sociedade Brasileira de Física (SBF), o objetivo da conferência foi congregar pesquisadoras da área, representantes de governos e de órgãos financiadores e gestores de pesquisa para discutir e propor estratégias visando uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e de pesquisa na área da física.

Perspectivas

No primeiro semestre de 2013 integraram-se ao quadro de servidores os doze novos pesquisadores aprovados nos concursos públicos realizados em 2012. Esses pesquisadores, que ingressaram no nível inicial da carreira, Adjunto 1, além de participarem dos grupos de pesquisa já existentes, trazem novas linhas de pesquisa para a instituição. Com média de idade de 33 anos, 8 dos novos pesquisadores foram agraciados com Bolsa de Produtividade no último edital (2013) do CNPq. Trata-se de um reconhecimento da Comunidade Científica brasileira da qualidade desses novos pesquisadores.

Também ocorreu a incorporação de uma analista em C&T e cinco novos técnicos, fortalecendo a infraestrutura de gestão e o apoio às atividades de pesquisa.

Entre as ações para as quais a instituição tem canalizado seus esforços está viabilizar a construção de um prédio no terreno cedido pela UFRJ no campus da Ilha do Fundão para sediar novos laboratórios na área de Tecnologia de Informação e Nanotecnologia. Essa ação, juntamente com a criação de um Centro de Processamento de Alto Desempenho (CPAD) no CBPF, e não mais instalá-lo no LNCC, como estava previsto no Plano Diretor 2011-2015, estão entre as propostas que substituiriam os projetos estruturantes inviabilizados por condicionantes que fogem à governabilidade da instituição. Outra importante ação em curso é criação da subunidade do CBPF no Pará. Após o MCTI ter realizado várias reuniões para discutir o assunto, foram feitas as seguintes exigências à UFPA: cessão de terreno pela UFPA para a construção das instalações através de doação; dotação de recursos para a obra por meio de emendas parlamentares. A UFPA aceitou cumprir as exigências e o projeto deverá ser concretizado.

A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 1988			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS			
Denominação abreviada: CBPF			
Código SIORG: 24751	Código LOA: Não se aplica*		Código SIAFI: 240120
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas e Naturais			Código CNAE: 7210-0/00
Telefones/Fax de contato:	21-2141- 7417	21-2141- 7385	21-2141-7400
Endereço eletrônico: lazaro@ cbpf.br; frl@ cbpf.br			
Página da Internet: www.cbpf.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - Urca - Rio de Janeiro – CEP: 22290-180 – Est. do Rio			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 2º, Decreto nº 5.886 de 06 de setembro de 2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do CBPF - Portaria Nº 638, de 27 de setembro de 2007 & Portaria Nº 11, de 14 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 37/2005 - Regulamento para Visitantes e Pós-docs.			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
NA	NA
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
NA	NA
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
NA	NA

* As ações sob a responsabilidade da UJ estão vinculadas ao MCTI - Código: 24000 - 24101

1. 2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

1.2.1 . Finalidade:

O CBPF tem por finalidade realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCT e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.

1.2.2 . Competência Institucional:

- I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações, considerando as prioridades nacionais na área da física;
- II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;
- III - estabelecer intercâmbio científico;
- IV - promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação;
- V - desenvolver e transferir e/ou comercializar, mediante processo licitatório, serviços e produtos técnico-científicos gerados pelo CBPF;
- VI – manter e divulgar um acervo de documentação/informação sob suportes variados e biblioteca especializada; e
- VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

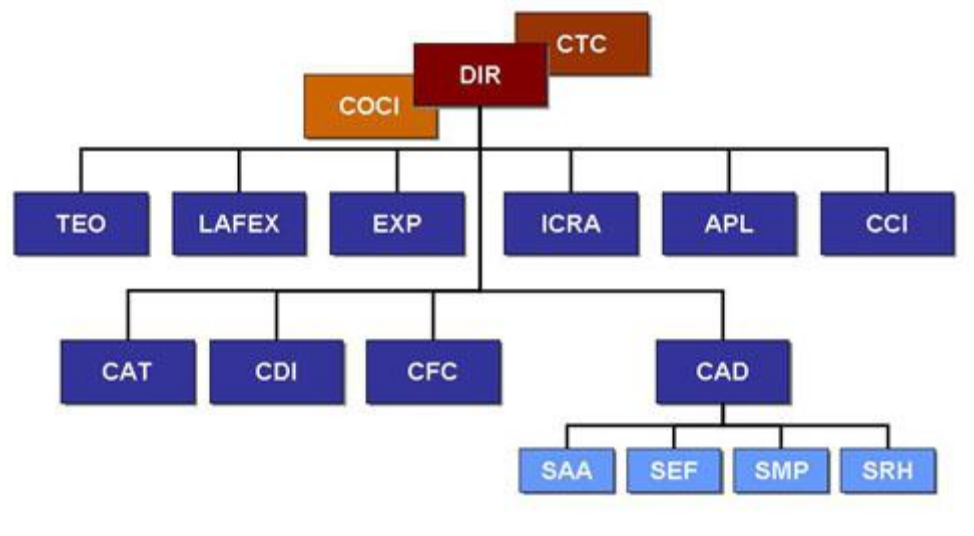


Figura 1: Organograma Funcional do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

O organograma está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 638, de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição.

A administração geral do CBPF é conduzida por uma Diretoria e um Conselho Técnico-Científico, formado por 3 membros internos e 6 externos. Também integra a instância decisória um Comitê Assessor Científico – COCI.

A Diretoria - O CBPF é dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

O Conselho Técnico-Científico - CTC, instituído pela Portaria nº 510, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de 21/07/2003, é unidade colegiada com a função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

O Comitê Científico Assessor - COCI, criado pela Portaria nº 10, de 24 de Outubro de 2001, aprovado pelo CTC do CBPF, é um órgão consultivo e suas decisões têm caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do CTC, sempre que necessário.

A regulamentação que rege tais instâncias está disponível na página eletrônica da instituição no item CBPF/Regimentos (www.cbpf.br).

Competência das Unidades

TEO - À Coordenação de Física Teórica, compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física teórica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física teórica, física computacional e matemática;

LAFEX - À Coordenação de Física Experimental de Altas Energias compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física de altas energias, em aceleradores, em raios cósmicos e na física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de altas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

EXP - À Coordenação de Física Experimental de Baixas Energias compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental no campo da física da matéria condensada, da física atômica e molecular e da física de plasmas de baixas energias, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de baixas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

APL - À Coordenação de Física Aplicada compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental, na área de física aplicada, física de plasma e áreas interdisciplinares, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física aplicada;
- V - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas

ICRA - À Coordenação de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica compete:

- I – representar o CBPF junto ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, dentro do acordo de cooperação firmado pelo Governo Brasileiro;
- II - coordenar, desenvolver e apoiar pesquisas experimentais e observacionais no campo da pesquisa em astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional, em particular de grupos associados ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e
- III - desenvolver rede eletrônica para troca de informações entre laboratórios e departamentos que atuam no campo da astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional;

Às Coordenações Científicas acima compete ainda:

- I - estimular a manutenção de linhas de pesquisas, bem como a abertura de novas propostas de caráter inovador no campo do conhecimento da sua área de competência;
- II - apoiar o intercâmbio de informações científicas entre os membros da Coordenação, destinadas ao desenvolvimento de programas nacionais e internacionais;
- III - promover e realizar seminários, encontros, cursos e outros eventos pertinentes à sua área de atuação;
- IV - colaborar na formulação da programação e execução de cursos de pós-graduação no âmbito do CBPF;
- V - dar suporte ao desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica e científica; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem cometidas pertinentes à sua área de competência.

CAT - À Coordenação de Atividades Técnicas compete:

- I - coordenar as atividades técnicas que viabilizam a utilização de laboratórios nas áreas de mecânica, de eletrônica, de criogenia, de computação para uso científico, entre outras de suporte às demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar serviços técnicos e apoio logístico especializados às demais áreas do CBPF, na realização de projetos de instrumentação científica e tecnológica;

- III - desenvolver tecnologias para equipamentos e instrumentos científicos;
- IV - elaborar e realizar em articulação com as demais coordenações do CBPF a programação de manutenção e reposição de equipamentos e instrumentos de laboratórios;
- V - efetuar ou orientar a especificação de materiais, equipamentos e instrumentos de uso científico em consonância com as demandas das demais Coordenações;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - executar ou participar da realização de eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações; e
- VIII - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

CDI - À Coordenação de Documentação e Informação Científica compete:

- I - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - manter uma biblioteca na área de física com acesso para o público externo;
- III - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos, bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;
- IV - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do CBPF;
- V - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;
- VI - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos;
- VII - elaborar o inventário do acervo dentro da periodicidade estabelecida;
- VIII - aplicar os sistemas de classificação, tesouros e outros instrumentos próprios para a recuperação da informação, de acordo com as especificidades do acervo;
- IX - disseminar o acervo e divulgar publicações e os trabalhos específicos da física e áreas afins, assim como aqueles resultantes de eventos promovidos pelo CBPF;
- X - constituir e disseminar base de dados na sua área de atuação;
- XI - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;
- XII - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- XIII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação; e
- XIX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CCI - À Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais compete:

- I - coordenar a estruturação e organicidade de projetos consorciados, nacionais ou internacionais, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar assessoria ao MCT na elaboração de protocolos e implantação de grandes estruturas institucionais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de atuação do CBPF;

- III - promover a articulação das Coordenações do CBPF com o MCT e demais entidades das diversas esferas de governo que possam colaborar no seu campo de atuação;
- IV - coordenar e supervisionar a realização dos eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações;
- V - colaborar com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento nas áreas de atuação do CBPF;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - coordenar e supervisionar a seleção e o cumprimento das normas de concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI e outros programas com a mesma finalidade; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CFC - À Coordenação de Formação Científica compete:

- I - coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de Pós-Graduação existentes no CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de Pós-Graduação em articulação com as áreas de pesquisa, assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do CBPF;
- III - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;
- IV - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;
- V - coordenar os programas de Iniciação e Vocação científica;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CAD - À Coordenação de Administração compete:

- I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios, de acordo com as especificações do Plano Diretor Institucional;
- II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do CBPF;
- III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;
- IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;
- V - fornecer infraestrutura administrativa às diversas áreas do CBPF, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da coordenação;
- VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;
- VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;
- VIII - coordenar, elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação; e
- IX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SRH - Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

- I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares destinados a, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;
- III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;
- IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;
- V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores;
- VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;
- VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;
- VIII - controlar as atividades relativas a licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;
- IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;
- XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;
- XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;
- XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo CBPF;
- XIV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos pertinentes à sua área de competência; e
- XV - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SEF - Ao Serviço Financeiro compete:

- I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

- II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;
- III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;
- IV - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;
- V - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;
- VI - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;
- VII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;
- VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;
- IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;
- X - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;
- XI - dar suporte à elaboração da tomadas de contas;
- XII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e
- XIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SMP - Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:

- I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;
- III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo CBPF;
- IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;
- V - prover as necessidades de material;
- VI - registrar e controlar os materiais em estoque;
- VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;
- VIII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;
- IX - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;
- X - preparar os processos de dispensa de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;
- XI - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;
- XII - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;
- XIV - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;

- XV - classificar, registrar, cadastrar e tomba bens patrimoniais;
- XVI - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;
- XVII - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;
- XVIII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;
- XIX - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;
- XX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuadas baixas; e
- XXI - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

SAA - Ao Serviço de Apoio Administrativo e Infraestrutura compete:

- I - elaborar o Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura da instituição, bem como o planejamento anual de recursos para a manutenção e enriquecimento da infraestrutura, incluindo, entre outros, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica e telefonia e rádio-chamadas;
- III - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;
- IV - supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;
- V - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências do CBPF;
- VI - acompanhar e providenciar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
- VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto à operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;
- IX - gerenciar a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para diminuir seus gastos; e
- XI - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (Ações específicas da unidade jurisdicionada no PPA):

AÇÃO – 19.571.2021.20UM – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0001

METAS

- Reforçar as áreas de pesquisa tradicionalmente desenvolvidas no CBPF, como Física de Altas Energias, Física Teórica, Cosmologia, Física da Matéria Condensada, Física de Sistemas Biológicos e Biomateriais, Física Aplicada, Física Computacional, Instrumentação Científica, etc, priorizando algumas linhas de pesquisa em que a instituição possa alcançar uma posição de liderança no cenário nacional;
- Estabelecer o CBPF como instituição de referência para a comunidade brasileira de Física, com atuação destacada na promoção de novos desenvolvimentos científicos, na consolidação e operação de grandes colaborações nacionais e internacionais, na especialização e fixação de novos pesquisadores e na implantação de laboratórios multiusuários abertos à comunidade; e
- Desenvolver novas áreas de atuação, tanto na pesquisa científica de fronteira como na tecnológica, incluindo implantação de infraestrutura científica adequada, que sejam relevantes para o desenvolvimento soberano e sustentável da ciência e tecnologia no País.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0002 - APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

METAS

- Promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias.
- Coordenar as atividades de grupos atuantes em Física de Altas Energias e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais.

Sínteses das Realizações da Unidade em 2013:

Os principais resultados das ações e atividades desenvolvidas para o cumprimento de tais objetivos são apresentados abaixo:

1. Produção Científica

Neste ano os grupos de pesquisa do CBPF publicaram 312 artigos científicos em periódicos de circulação internacional.

Os grandes destaques de 2013, conforme mencionado na Introdução, foram o anúncio de um importante resultado produzido pelo experimento LHCb, desenvolvido no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), maior laboratório do mundo, do qual participam grupos de pesquisa da instituição: a assimetria entre matéria e antimatéria observada nos decaimentos de mésons Bs - partículas geradas nas colisões de prótons pelo experimento LHC, a publicação do artigo *Measuring Bipartite Quantum Correlations of an Unknown State* na *Physical Review Letters* (PRL), no qual os autores -

pesquisadores do Instituto de Física da USP de São Carlos, do Departamento de Matemática da Universidade de Nottingham e do grupo de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) do CBPF e a publicação primeiros resultados científicos. O artigo foi publicado na prestigiosa revista científica *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, editada pela Oxford University Press, pesquisadores do CBPF participam do projeto.

2. Formação de Recursos Humanos

Na área de Formação Científica, foram defendidas 12 dissertações de mestrado (seis no Mestrado Acadêmico em Física e seis no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação Científica) e 12 teses de doutorado no Programa de Pós-Graduação do CBPF. Como decorrência de tais teses e dissertações, foram publicados 41 publicações entre artigos científicos em periódicos indexados no *Science Citation Index* (SCI) e Notas Técnicas, série que integra as publicações do CBPF. Esses indicadores simultaneamente estão em consonância e justificam a manutenção da nota máxima (7) atribuída ao Programa de Pós-Graduação em Física (mestrado e doutorado) na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que considerou o triênio de 2010 a 2012. Em relação ao Mestrado Profissional, modalidade cuja nota máxima a ser alcançada é 5, a nota atribuída ao CBPF aumentou de 3 para 4.

A instituição recebeu 54 Pós-doutores não só do Estado do Rio, mas de outros estados e países tais como França, Alemanha, Espanha e México entre outros. O CNPq, a FAPERJ e a CAPES estão entre as instituições nacionais que financiaram a realização desses estágios de pós-doutoramento através da concessão de bolsas. Dos 54 pós-docs, 22 contaram com o apoio do Programa de Capacitação Institucional - PCI.

Ainda no que tange à formação de recursos humanos, o projeto "Laboratório Didático", instituído como uma meta voltada para a divulgação científica no PDU 2006-2010, desenvolveu novas experiências que já foram integradas ao Programa *Físico por Uma Tarde*. Este Programa recebeu 1000 estudantes de nível médio em 2013 e tem a perspectiva de manter o número em 2014. Nele, visitam o CBPF turmas de 40 estudantes de escolas de nível médio para passar uma tarde na instituição. O evento é dividido em 3 partes: palestra, realização de experimentos de Física Moderna em subgrupos de 12 estudantes e visita a 3 laboratórios do Centro. Além deste Programa, a instituição dispõe de um laboratório para desenvolvimento de experimentos didáticos e anualmente recebe professores de nível médio para cursos de aperfeiçoamento.

3. Organização de Eventos

Em 2013 foram realizados diversos encontros científicos como a *8th International Conference on Plasma Assisted Technologies (ICPAT)* e a série de eventos sediados no CBPF, em abril de 2013, dedicados a aspectos emergentes da matéria quântica e da matéria condensada, áreas de fronteira selecionadas pelo ICAM-I2CAM (*International Institute for Complex Adaptive Matter*). O ICAM funciona como um instituto *without walls*, e desde 1999 focaliza esses tópicos. Os eventos se dividiram em: Conferência Anual do ICAM (17 a 20 de abril); 1º Workshop I2CAM/CBPF: *Frontiers of Quantum Matter* (20 e 21 de abril); e 6ª Escola ICAM/FAPERJ (21 a 27 de abril).

Entre os encontros de maior relevância também merece destaque a *33rd International Conference on Cosmic Ray - ICRC*, realizada de 02 a 09 de julho. A conferência, pela primeira vez organizada na América do Sul, contou com a participação do físico norte-americano e Nobel de Física de 1976 Samuel Ting, que apresentou os resultados mais recentes de um experimento científico espacial sobre a matéria escura, o misterioso componente que responde por cerca de um quarto da constituição do universo. Outros encontros que trataram de temas de fronteira na Física e ciências afins foram a *IV Quantum Information School e o Workshop Paraty 2013*, (05 a 16 de agosto), oferecendo cursos sobre informação e computação quânticas e discutindo os recentes avanços nesses campos, respectivamente, e a *NMR Quantum Information Processing*, que teve como foco os avanços experimentais na área de processamento quântico utilizando a técnica de Ressonância Magnética Nuclear. O interesse e a crescente produção sobre o tema - que gerou mais de 500 artigos na última década - refletem a extrema atividade que o campo da informação quântica tem mostrado em anos recentes.

A instituição também sediou a 2ª Oficina de Instrumentação Científica e Inovação Tecnológica - o2i (30 e 31 de julho), que teve como público-alvo profissionais, estudantes, professores e empresários com interesses em ciência, tecnologia e inovação nas áreas da Física, Engenharias, Química, áreas ligadas à saúde humana e ciências afins. Na atual edição do evento foi observada maior participação de empresas que enviaram representantes interessados nas pesquisas desenvolvidas pelo CBPF. Tal fato é reflexo da mudança cultural e do fomento realizada pelo governo em prol da Inovação, o que tem levado as empresas a se aproximarem cada vez mais das unidades de pesquisa em busca de soluções tecnológicas.

4. Cooperações Nacionais e Internacionais

Na área de cooperações internacionais, o maior destaque foi a aprovação da candidatura do Brasil como membro associado pelo Conselho Executivo do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN, na sigla em francês), entidade que entrou para a história com a criação da *web*, há exatos 25 anos, e com o maior acelerador de partículas do mundo que, neste ano, garantiu a confirmação da existência do bóson de Higgs. A iniciativa deve custar cerca de US\$ 10 milhões por ano ao Brasil, mas abrirá as portas para a participação de empresas brasileiras em licitações de grande vulto de peças e serviços e permitirá a formação de centenas de cientistas. Além de integrar vários dos experimentos desenvolvidos no CERN, pesquisadores do CBPF participaram das negociações entre o governo brasileiro e o laboratório com sede em Genebra. A Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE), cujas atividades são coordenadas e gerenciadas pelo CBPF, também tem desempenhado um papel relevante na consolidação da participação brasileira não só nos experimentos desenvolvidos no CERN, mas também em outras grandes colaborações internacionais em altas energias.

Outro dado a ser ressaltado é o início de novas colaborações, nacionais e internacionais, que estão sendo trazidas para a instituição com o ingresso dos novos pesquisadores aprovados nos concursos públicos de 2013.

5. Projetos Aplicados e Inovação

Em consonância com a política governamental, que tem buscado a transferência dos resultados da pesquisa para a indústria, e, em última instância, para a sociedade em geral, a unidade tem procurado investir nessa ação. Em 2013, além do depósito de 2 patentes nacionais, 1 internacional e 2 registros de software foram submetidos nas diversas áreas de atuação da instituição:

PROCESSOS, PROTÓTIPOS, SOFTWARE E TÉCNICAS

PCT (Patente Internacional)

1 - Número do Depósito: [PCT/BR2013/000169](#)

Título: Sistema Magnético de Fixação e Desprendimento de Dispositivos Médicos e Próteses sobre a Pele Humana

Inventores: João Paulo Sinnecker (CBPF), Michel Luciano Holger Toledano Vaena

2 - Número do Depósito: [BR 10 2013 0241350](#) - Data do Depósito: 20.09.2013 / Titular: CBPF

Título: Método de Gravação e Rastreabilidade de Objetos

Inventores: Marcos C. Carvalho (CBPF), Natalia Palomo, Alexandre Mello de Paula Silva (CBPF), André L. Pinto (CBPF).

3 - Número do Depósito: [BR 10 2013 030804 8](#) - Data do Depósito: 29/11/2013/ Titular: CBPF

Título: Fonte de Alta Tensão Negativa para Fotomultiplicadoras com Sistema de Controle e Monitoramento Remoto

Inventores: Gabriel Azzi (CBPF) e Mario Vaz (CBPF)

4 - Registro de Software: Número do pedido: [BR 5102013 001426 3](#) - Data de Depósito: 27/12/2013/ Titular: CBPF

Título: XRR Easy Thickness

Inventores: Alexandre Mello (CBPF), Henrique Sendão (Bolsista PCI), Rogelio Ospina (Bolsista PCI), Elvis Oswaldo

Descrição: Software para o cálculo automático da espessura de filmes finos pela técnica de Refletividade de Raios X através da identificação e ajuste dos picos de reflexão.

5 - Registro de Software: Número do pedido: [BR 51 2013 001427 1](#) - Data de depósito: 27/12/2013

Titular: CBPF

Título: RAMS Control System

Inventores: Alexandre Mello, Henrique Sendão

Descrição: Sistema amigável de automação e controle da deposição de filmes por magnetron sputtering em ângulo reto.

PROTÓTIPOS:

6 - Desenvolvimento de uma fonte de corrente programável usando um processador digital de sinais.

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF) , Vitor Amadeu Souza (CBPF - Mestrado em Física com Ênfase em Instrumentação Científica)

Descrição: Este trabalho envolve o desenvolvimento de uma fonte de corrente programável tendo como principal componente um processador de sinal digital. Utilizando um dsPIC30F2020, este instrumento científico controla a corrente fornecida para o diodo de laser dentro de uma gama de funcionamento que varia de 0 a 200 mA. Em poucas palavras, o circuito eletrônico utiliza a técnica de PWM (modulação de largura de pulso), em conjunto com um conversor DAC (Digital - Analógico) com uma resolução de 12 bits para controlar a corrente fornecida para o diodo de laser de acordo com comandos parametrizados implementados em um software desenvolvido em ambiente Delphi.

O dsPIC regula a corrente do sistema, em regime dinâmico fornecida ao laser através de um algoritmo PID impedindo que a mesma possa danificá-lo, pois a energia de dissipação muda a sua resistência. Além disso, este circuito aparece como potencialmente diferenciado já que a corrente é modulada por um sinal de frequência de até 50 kHz.

O software permite investigar a curva de operação do diodo de laser, durante o seu funcionamento, considerando diversos parâmetros. A ligação entre a fonte de corrente programável e um computador será feita através de uma porta USB ligando um cabo USB para conversor serial com base em um microcontrolador do tipo PIC18F14K50. Esforços estão sendo empregados tanto para a investigação científica quanto para o desenvolvimento tecnológico de um interferômetro de Michelson com aplicações potenciais em muitas áreas.

7 - Sistema eletrônico para a caracterização elétrica do EGFET como sensor de pH

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Luiz Roberto Filho (CBPF - Mestrado em Física com Ênfase em Instrumentação Científica).

Descrição: Desenvolvimento de um sistema eletrônico para a caracterização elétrica de sensores de pH baseados no transistor de efeito de campo com gatilho estendido (EGFET). O protótipo possui duas saídas de tensão programáveis e um circuito para medida de uma corrente elétrica. A título de aplicação, um eletrodo de vidro é utilizado como membrana sensível para investigar o funcionamento do EGFET como sensor de pH.

Os resultados obtidos mostram que o sistema desenvolvido é uma alternativa aos equipamentos comerciais para a caracterização elétrica desses dispositivos semicondutores.

8 - Método para caracterização elétrica por indução em plugues de rocha

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Jorlândio Franscico Felix (CBPF).

Descrição: Diferentes suportes para as bobinas foram fabricados para investigar a influência de alguns parâmetros geométricos. Uma primeira instrumentação em eletrônica foi desenvolvida para aplicar um campo magnético alternado na amostra através de uma bobina transmissora ao mesmo tempo em que permitia monitorar a resposta do sensor na bobina receptora. Por meio deste sistema mostramos como determinar a curva de calibração do sistema de medidas.

OBS: Esse trabalho foi feito a convite para a PETROBRAS e prevê o desenvolvimento de um completo sistema de caracterização elétrica capaz de investigar as propriedades das rochas dentro de uma perspectiva da empresa.

Projeto e fabricação dos suportes para as bobinas transmissoras e receptoras. a) suporte para uma bobina, b) suporte para múltiplas bobinas, c) suporte para duas bobinas e d) recipiente usando para adicionar a solução de condutividade conhecida. Os suportes foram desenhados em programa CAD e fabricados na oficina de instrumentação mecânica presente no CBPF.

9 - Dispositivo GEM (Gas Electron Multiplier) microfabricado em Silício

Responsáveis: Herman Pessoa Lima Junior (CBPF), Gabriela Cerqueira Gomes (Doutorado CBPF), José Brant de Campos (UERJ), Paulo Renato Barbosa Marinho (CNEN)

Descrição:

A estrutura conhecida como GEM (*Gas Electron Multiplier*) é reconhecida como uma das que provêm melhor operacionalidade aos detectores de partículas ionizantes, com baixo custo e simplicidade no processo de construção. A estrutura é composta por dois planos condutores paralelos, isolados por um substrato isolante (ex: Kapton) de espessura na faixa de dezenas de micrômetros. Furos microscópicos são introduzidos através dos planos condutores e do material isolante. A multiplicação do número de portadores de carga elétrica ocorre no interior dos furos, onde um campo elétrico da ordem de 80KV/cm pode ser estabelecido. Por este processo pode ser realizado, em princípio, um dispositivo com sensibilidade bidimensional à posição de partículas ionizantes, com resolução espacial da ordem da separação entre os furos, ou seja, na faixa micrométrica.

O uso de GEMs em detectores de imagens apresenta algumas dificuldades básicas. Uma delas advém da fina espessura do substrato isolante, que o torna sujeito a deformações plásticas que distorcem as imagens adquiridas. Também a fabricação dos furos (essencialmente baseada em corrosão química) impõe limites de precisão que têm impacto na resolução em energia do detector.

No LSD/CBPF é usada uma técnica de captação de carga elétrica por influência eletrostática, desenvolvida no próprio laboratório, bastante efetiva na relação custo/benefício e aplicável aos detectores baseados em GEMs. No CNM/IMB, na Espanha, é possível a realização de furos microscópicos em

substrato semiconductor (Si) pela técnica de *plasma etching*, além da deposição de metais ou óxidos em superfície. A junção das duas competências levou ao projeto de desenvolvimento de um dispositivo GEM em substrato sólido, com altíssima precisão mecânica (na faixa de micrômetros ou inferior). Os primeiros protótipos já foram fabricados e serão testados ainda em 2013.

PRODUTO

10 - Pré-amplificador

Responsáveis: Herman Lima Jr (CBPF) e Prof: Augusto Cerqueira (UFJF/Engenharia Elétrica), Rafael Nóbrega (UFJF/Engenharia Elétrica), Luciano Manhães (UFJF/Engenharia Elétrica), Tony Dornelas (Mestrado em Engenharia Elétrica/ UFJF)

Descrição: Desenvolvido para o Projeto Neutrinos Angra, que tem como objetivo observar e estudar neutrinos no reator nuclear de Angra 2, o aparato experimental consiste basicamente de um detector, eletrônica de amplificação, eletrônica de aquisição de dados e software para aquisição e controle. O projeto do estágio de amplificação – chamado de Pré-amplificador – foi desenvolvido em parceria UFJF e CBPF, incluindo professores e alunos daquela universidade e pesquisador do CBPF. O Pré-amplificador consiste de um módulo eletrônico no padrão NIM, composto por 8 canais de estágios independentes de amplificação e formatação de sinais de tensão. Atualmente, os primeiros módulos fabricados estão em testes no CBPF e na UFJF.

11 - Desenvolvimento de um magnetômetro de gradiente alternado de campo para nanoestruturas magneticamente macias.

Responsáveis: Anderson Gomes Vieira (Bolsista PCI), Diego Ernesto González Chávez (Doutorado em Física); Rubem Luís Sommer (CBPF).

Descrição: Desenvolvimento de um magnetômetro de gradiente de campo alternado ou AGFM (Alternating Gradient Field Magnetometer) com sensibilidade adequada à caracterização magnética de nanoestruturas típicas fabricadas no LABNANO/CBPF. O magnetômetro desenvolvido apresenta alta resolução em campo magnético e sensibilidade de momento magnético de aproximadamente 10^{-7} e.m.u. e opera em temperatura ambiente. Foram utilizados dois tipos de sensores piezoelétricos e desenvolvida o cabeçote de medida e hastes com compõem o sistema eletromecânico ressonante. Os melhores resultados foram obtidos com haste de comprimento 90 mm e diâmetro 0.8 mm operando em 2.164 kHz.

TÉCNICA

12 - Técnica de Medida *in-situ* de Espessura de Filmes Finos

Responsáveis: João Paulo Sinnecker (CBPF), Lívia Alencar Barbosa (Bolsista PCI)

Descrição: Utilização de interferometria óptica a Laser para medida *in-situ* de espessura de Filmes Finos durante deposição sputtering.

PROCESSO

13 - Novo método de fabricação do supercondutor de YBa₂ Cu₃ O₇ para aplicação na divulgação em ensino de Física.

Responsáveis: Ada López ON), Gabriela Mendes, André Honorato, Mylena Pinto Nascimento (CBPF); Magda Fontes (CBPF).

Descrição: Processo de fabricação de discos cerâmicos de YBa₂ Cu₃ O₇ (YBCO) com temperatura crítica supercondutora $T_c \approx 91$ K a partir do uso de um novo método por via úmida de acetato, a instrumentação utilizada para a fabricação do material e sua caracterização física. As caracterizações estruturais e morfológicas foram realizadas por difração de raios-x e pela microscopia eletrônica de varredura (MEV), respectivamente, e a caracterização elétrica foi feita por medida de resistividade elétrica em baixa temperatura. Os resultados obtidos comprovaram que a amostra o YBa₂ Cu₃ O₇ produzida pelo método de acetato possui um comportamento supercondutor. Este supercondutor vem sendo utilizado nos experimentos de demonstração do Efeito Meissner pela levitação magnética no Laboratório Didático (LABDID) do CBPF.

SOFTWARE

14 - Desenvolvimento de um Repositório RIB-BGP.

Responsáveis: Ednardo Ferreira Miranda (Bolsista PCI); Nilton Alves Júnior (CBPF); Marcelo Giovani Mota Souza (CBPF).

Descrição : Repositórios RIB-BGP (Route Information Base - Border Gateway Protocol) são servidores distribuídos na internet que disponibilizam cópias da tabela de informação de rotas BGP em determinados momentos de observação. Estas tabelas de informações de rotas são ingredientes essenciais para o processo que envolve as relações entre os sistemas autônomos e podem ser utilizadas para monitorar aspectos importantes da internet.

O objetivo deste trabalho é apresentar e descrever as principais características de um repositório RIB-BGP implantado anteriormente que adquire e armazena tabelas de rotas e disponibiliza estes dados para consultas na internet. A análise de alguns parâmetros de desempenho da ferramenta e a forma de armazenamento dos dados fazem parte do escopo deste trabalho.

Ação 8989

Com relação à Ação 8989, vinculada à Rede Nacional de Física de Altas Energias, as principais ações implementadas em 2013 foram o apoio efetivo dos projetos selecionados pela rede e a avaliação da participação dos membros das instituições brasileiras nos mesmos.

Como grande destaque do ano da área de altas energias, que é objetivo principal dessa ação, tivemos o anúncio, por físicos atuando nas colaborações CMS e ATLAS¹ do CERN (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares), de uma nova partícula, com características compatíveis com o almejado bóson de Higgs, cuja descoberta rendeu o prêmio Nobel de Física em 2013. Um grupo do CBPF integra a Colaboração CMS, um dos quatro experimentos do LHC (Grande Colisor de Hádrons), o maior acelerador de partículas do mundo. A identificação da partícula pode ser considerada a última peça do quebra-cabeça a integrar a teoria do Modelo Padrão, a mais completa teoria física já desenvolvida, que explica em detalhes como funcionam todas as partículas e forças da natureza, exceto a gravitação (que ainda é província exclusiva da relatividade geral). Praticamente todas as proposições do Modelo Padrão já haviam sido experimentalmente confirmadas, exceto o bóson de Higgs. Embora ainda devam ser realizados mais estudos comparativos, as indicações até agora é de que se trata realmente do Higgs.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio são aqueles desenvolvidos pela coordenações de apoio e seus serviços. Para garantir o apoio técnico-administrativo à produção científica do instituto, além de uma Coordenação de Administração, existem duas coordenações: Atividades Técnicas - responsável pelo apoio e desenvolvimento da infraestrutura experimental e de computação - e Documentação e Informação Científica - responsável pela biblioteca e pela divulgação da produção científica e editorial da instituição.

A Coordenação de Administração reúne os serviços de Recursos Humanos, Financeiro, Administração e Apoio, e Material e Patrimônio, aos quais competem as atribuições estabelecidas no regimento interno da instituição.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da UJ são as outras unidades de pesquisa do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, as Instituições de Ensino Federais do Ministério da Educação e do Desporto e instituições de ensino e pesquisa de diversas partes do mundo. O CBPF mantém atualmente colaborações formais com 38 instituições internacionais e 40 instituições nacionais. O produto imediato dessas parcerias é a publicação de artigos em periódicos indexados no *Science Citation Index (SCI)* em que são apresentados os resultados das atividades de pesquisa desenvolvidas.

A instituição ainda mantém parceria incipiente com o setor privado. Ampliar essa parceria é uma das metas do Plano Diretor da Unidade em curso. Um dos resultados desse esforço é o aumento da submissão de pedidos de patente.

¹ Tanto o CMS (*Compact Muon Solenoid*) - Solenoide Compacto para Múons em Português - quanto o ATLAS (*A Toroidal LHC Apparatus*) - Aparato Toroidal do LHC - são detectores de partículas.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 . PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

ACÃO 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0001 - Detalhamento:

O CBPF tem procurado ser um agente de estruturação mais ativo no enfrentamento dos fatores que dificultam o desenvolvimento da Física Brasileira, como o desequilíbrio entre atividades experimentais e teóricas, falta de instrumentos para participação efetiva em grandes projetos internacionais, baixa interação com o setor produtivo, expansão das atividades de pesquisa em áreas do país consideradas em emergência ou com pouco desenvolvimento.

Em 2005 foi realizado processo de planejamento estratégico que resultou no Plano Diretor para o período 2006-2010. Sua execução permitiu ampliar sua participação em grandes colaborações científicas internacionais, especialmente nos experimentos em Física de Altas Energias, implementar estratégias para a formação e fixação de novos pesquisadores, voltar-se para a expansão de sua infraestrutura de pesquisa, abrindo à comunidade laboratórios multiusuários, e participar ativamente da articulação de grandes redes de alto desempenho de transmissão de dados. A instituição fortaleceu ainda seu programa de pós-graduação, ampliando a interação e colaboração com outros programas acadêmicos no Rio de Janeiro e reforçando as linhas de trabalho oferecidas pelo mestrado profissional em física com ênfase em instrumentação científica.

Em 2010 foi realizado novo processo de Planejamento Estratégico em que foram avaliados os resultados obtidos no período anterior e traçados novos objetivos e metas para o quinquênio subsequente (2011-2015). O resultado desse processo de Planejamento Estratégico está expresso no Plano Diretor da Unidade (PDU) cujo texto está disponível na página eletrônica da instituição (www.cbpf.br/PlanoDiretor).

Em 2012, com o início de uma nova gestão na instituição, foi feita uma revisão e adequação das metas do PDU (2011-2015) em que se procurou compatibilizar as ações da unidade com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2012-2015, documento lançado pelo MCTI como instrumento norteador das políticas governamentais para a área, sem perder de vista as alterações do cenário social e econômico nacional e internacional.

PO 19.571.2021.20UM.0001.0002 - Detalhamento:

A ação 8989 refere-se às atividades da Rede Nacional de Altas Energias – RENAFAE. A RENAFAE tem como objetivos principais promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias e constitui um esforço efetivo do MCTI para atender a demandas tradicionais da área de altas energias.

2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 - Programa temático

No ano de 2013 o CBPF impetrou todos os esforços para dar continuidade à melhoria das instalações físicas e infraestrutura de pesquisa da instituição e executar adequadamente as metas previstas no Plano Diretor. As ações das coordenações de pesquisa e de apoio são executadas tendo como base os objetivos, metas e projetos traçados no documento. Como forma de acompanhamento das ações são realizadas reuniões mensais de avaliação com os coordenadores e membros das coordenações e dos coordenadores e direção. A partir de tais avaliações são redefinidas as estratégias de atuação e/ou feitos os ajustes necessários motivados por questões internas e externas.

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2106 - Programa de Gestão e Manutenção do MCTI				
Título	2000 - Administração da Unidade				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		6.742.283,00	6.724.032,00		
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)	
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
6.697.633,21					

5.772.922,81 5.772.922,81 - 924.710,40 -

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2013	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	23.901,87	2.811,34	2.811,34	6.642,98	14.447,50
Processados	6.503,89	6.503,89	6.503,89	-	-

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro A.2.2.1.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação			
Título	20UM/4123 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		3.954.500,00	3.954.500,00	
Orçamento de Investimentos - OI				
Outras Fontes				
Total				
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de

					Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
3.939.958,93	3.089.891,61	3.089.891,61	-	850.067,32	-

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	80.147,11	24.775,05	24.775,05	55.392,06	-
Processados	9.587,07	9.587,07	9.587,07	-	-

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro A.2.2.1.2 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação			
Título	20UM/8989 - Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisas em Física de Altas Energias - Nacional			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		1.000.000,00	950.000,00	
Orçamento de Investimentos - OI				
Outras Fontes				
Total				

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
950.000,00	918.261,98	918.261,98	-	31.738,02	-
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	-	-	-	-	-
0	-	-	-	-	-
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

2.2.2 - Objetivo

Os principais objetivos estabelecidos para o ano foram:

Ação 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0001

Objetivos específicos:

- Incrementar o número de artigos científicos publicados em periódicos internacionais indexados;
- Manter a meta de formação de 20 mestres/doutores ano e oferecer condições para a realização de estágios de pós-doutoramento na instituição.

- Promover a realização de conferências, *workshops*, encontros e exposições científicas;
- Manter e expandir cooperações científicas com instituições nacionais e internacionais;
- Produzir produtos entre processos, técnicas, *software* e protótipos que possam vir a ser transferidos para a indústria;
- Modernizar a infraestrutura física da instituição;

Ação 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0002

Objetivos específicos:

- Apoiar efetivamente os projetos aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE).
- Realizar *workshop* com apresentação dos projetos na área de Física de Altas Energias a serem apoiados pela Rede.
- Realizar *workshop* de avaliação dos projetos apoiados visando à continuação ou não da concessão de apoio.

O Plano de ação da unidade para o exercício de 2013 envolvia, além da realização das atividades vinculadas à missão e à atividade-fim institucionais, o cumprimento das metas traçadas para o ano no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015. As principais realizações concernentes a tais metas foram acima destacadas no item **Sínteses das Realizações da Unidade em 2013**. Abaixo, são apresentados alguns dos riscos e dificuldades enfrentados para a consecução das metas e objetivos estratégicos e as medidas implementadas visando à sua superação.

Dificuldades Internas ou Eventos Externos

A instituição tem-se empenhado para cumprir sua missão e alcançar os objetivos propostos, entretanto, a expansão de nossa atuação está indissociavelmente relacionada a um aporte de recursos maior do que o orçamento destinado ao CBPF, bastante comprometido com despesas vinculadas à manutenção de sua infraestrutura, assim como à solução definitiva das restrições abaixo mencionadas:

- Elementos conjunturais e restrições

Dificuldade Administrativa: A elevada faixa etária do quadro funcional nas três carreiras (pesquisa, desenvolvimento tecnológico e gestão), a demanda de implantação de novas linhas de pesquisa e a expansão das atividades previstas no PDU, para o período 2011-2015, tornam indispensável a renovação do quadro através da realização de concursos públicos. A deficiência de pessoal administrativo é de tal ordem que alguns serviços essenciais do CBPF, que só podem ser executados por servidores públicos, poderão em breve ter de ser descontinuados, paralisando a instituição. A concessão de doze vagas para a carreira de pesquisador representou um passo significativo para a recomposição e rejuvenescimento do quadro de pesquisadores da instituição,

entretanto ainda não é suficiente para suprir a carência de servidores, considerando-se as aposentadorias previstas em todos os segmentos. Em 2013 aposentaram-se 3 pesquisadores, 2 analistas 2 assistentes e um técnico. Do quadro de 141 servidores, 40 já têm o direito de se aposentar. Em 2014 aposentam-se compulsoriamente mais três pesquisadores.

O quadro de servidores de gestão, além de reduzido, necessita de melhor capacitação.

Dificuldade Orçamentário-Financeira: O orçamento anual na rubrica custeio encontra-se aquém do necessário em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Conforme demonstrado no Indicador APD (aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, somente aproximadamente 15% do orçamento foram utilizados efetivamente na atividade-fim. Embora a SCUP venha se empenhando para suprir essa demanda através de repasses via atendimento de solicitações de Termos de Descentralização de Crédito submetidos pela Unidade, ressalta-se a necessidade de recompor-se o orçamento visando ao cumprimento da missão e das obrigações institucionais.

No caso da RENAF AE (Ação 8989), o maior problema é a inadimplência em relação aos M&Os (Manutenção e Operação) – as instituições que participam das grandes colaborações pagam uma taxa de autoria por cada integrante – que atinge atualmente o valor de R\$ 2.000.000,00.

- Estratégias de Atuação para enfrentar as dificuldades

Dificuldade Administrativa: com relação à primeira dificuldade relatada, vinculada à deficiência de recursos humanos, no caso da área-fim, a estratégia para sua superação envolveu a utilização da cota do Programa de Capacitação Institucional - PCI/MCTI² visando promover maior circulação de visitantes e a consequente oferta de cursos e realização de atividades de intercâmbio. Entretanto, conforme destacado acima, a situação é especialmente alarmante na área de gestão (área meio) para a qual a única solução seria a abertura de vagas em concurso público para ingresso de novos servidores. Em 2012, conforme já supra relatado, foram realizados concursos públicos para 12 (doze) vagas na carreira de Pesquisa, 5 (cinco) vagas na carreira de Desenvolvimento Tecnológico e 2 (duas) vagas na carreira de gestão (no último caso, só uma vaga foi preenchida). O ingresso dos aprovados permitirá minorar as dificuldades, mas ainda é insuficiente para a expansão das atividades institucionais previstas no Plano Diretor e para a atuação do CBPF como instituto nacional de Física do MCTI.

Justificativa: a ação na área de pesquisa foi adotada por ser a única forma possível de garantir o nível de qualidade de atuação da unidade, tendo em vista que só podemos contratar profissionais para a área-fim através de concurso público. O ingresso dos candidatos aprovados se deu somente em 2013 e, considerando o tempo necessário para adaptação e inserção nos grupos de pesquisa já existentes na instituição, os primeiros resultados só poderão ser observados a partir de 2014.

² O Programa de Capacitação Institucional é um programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do CNPq que tem como objetivo permitir a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a área técnica através da agregação temporária por meio de bolsas de longa ou curta duração.

Quanto à questão da capacitação, na área de gestão, além de diversos treinamentos, foram descontinuados os cursos de Língua Inglesa, que eram ministrados na própria sede da instituição. Acabou o contrato com a empresa encarregada de ministrá-los, que havia sido selecionada e contratada através de processo licitatório. Por contingenciamento de despesas, ainda não houve nova contratação para esse curso.

Dificuldade Orçamentário-Financeira (c): a instituição tem procurado submeter projetos às agências financiadoras, o que tem representado relevante aporte de recursos e permitido a aquisição de equipamentos e realização de reformas e a ampliação da infraestrutura institucional. Entretanto, quanto às despesas continuadas na rubrica custeio, a única solução no período em referência foi a submissão de Termos de Descentralização de Crédito à Subsecretaria de Unidades de Pesquisa (SCUP/MCTI) para atendimento de situações emergenciais. Com relação à infraestrutura, um novo cenário vem-se desenhando, já que a FINEP não apoiará mais projetos destinados à expansão e à modernização da infraestrutura física. Por essa razão, temos continuamente assinalado junto ao MCTI a necessidade de incremento na rubrica custeio.

Justificativa: Essa decisão foi tomada por ser a única forma viável de obter recursos além dos recursos orçamentários atribuídos à UJ através da Lei Orçamentária Anual.

2.2.3 – Ação

2.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação		
Código	2000	
Título		
Iniciativa		
Objetivo	Código:	
Programa	Código:	
Unidade Orçamentária	Tipo:	
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.724.032,00	6.724.032,00	#####	#####	#####	-	924.710,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
23.901,87		2.811,34	6.642,98			

Identificação da Ação						
Código	20UM/4123					
Título						
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código:					
Unidade Orçamentária	Tipo:					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.954.500,00	3.954.500,00	#####	#####	#####	-	850.067,32
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
80.147,11	24.755,05	55.392,06			

Identificação da Ação						
Código	20UM/8989					
Título						
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código:					
Unidade Orçamentária	Tipo:					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
950.000,00	950.000,00	950.000,00	918.261,98	918.261,98	-	31.738,02
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-			

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	4123		Tipo:		
Título					
Iniciativa					
Objetivo	Código:		Tipo:		
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim	() Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
562.745,67	448.521,03	81.590,79			

Identificação da Ação	
Código	8989 Tipo:
Título	
Iniciativa	

Objetivo	Código:		Tipo:		
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim	() Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
71.832,05	59.974,58	8.708,22			

2.2.3.5 Análise Situacional

Por solicitação do MCTI, as despesas da unidade foram contingenciadas no ano de 2013, impactando as ações de uma maneira geral.

O saldo a pagar de Restos a Pagar (RP) NÃO PROCESSADOS refere-se a processos que se encontram na pendência do fornecimento de bens e serviços pelas contratadas. Estão sendo impetradas as ações cabíveis para a execução/fornecimento de tais bens/serviços. Essas empresas também serão cadastradas como más fornecedoras, visando a evitar futuras contratações. Além disso, o montante não é excessivo, por esta razão, tais RPs não impactarão de forma decisiva a gestão financeira da Unidade. Verifica-se que as ações prioritárias definidas pela LDO tem sido executadas, apesar das dificuldades impostas pelo contingenciamento determinado no exercício.

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Conforme mencionado, as metas e ações da unidade estão estabelecidas no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015. Os resultados das ações se traduzem principalmente através de artigos publicados, dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação da Instituição, encontros científicos promovidos, número de pedidos de patente submetidos, número de colaborações com instituições de ensino e pesquisa brasileiras e estrangeiras. Esses resultados já foram mencionados na introdução e no item **Síntese das realizações no período**.

A unidade não oferece produtos diretos à sociedade, tendo em vista a especificidade de suas atividades. Os artigos publicados e os mestres e doutores formados representam uma possibilidade de modificação e alteração do contexto social a longo prazo.

Algumas metas específicas do Plano Diretor que não puderam ser cumpridas por conjunturas internas ou externas estão sendo reformuladas face a tais condicionantes.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

O CBPF não dispõe em sua estrutura de um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como de Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações.

Essas instâncias de acompanhamento, termo mais adequado do que controle, considerando-se a especificidade das atividades da instituição, têm como base normativa:

- Portaria Ministerial no 638 de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição;
- Portaria CBPF no 10 de 24 de Outubro de 2001 que institui o Comitê Assessor Científico; e
- Portaria CBPF no 24 de 01 de dezembro de 2004 que aprova o Regimento Interno do Comitê Assessor Científico.

A forma de atuação de tais instâncias se dá através de reuniões mensais em que as ações e procedimentos das áreas-fim e meio são apresentados e discutidos e soluções e redirecionamentos são propostos quando necessário, visando à consecução dos objetivos e metas traçados para o período.

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5

1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise Crítica: o quadro reduzido de servidores sem reposição impede o estabelecimento de vários procedimentos e rotinas de controle, embora existam instâncias de acompanhamento conforme relatado na introdução desse item.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

As informações sobre os processos disciplinados instaurados no âmbito do CBPF são inseridas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD seguindo as orientações mencionadas na Portaria nº 1.043, de 24/07/2007. No ano de 2013 foram instaurados 03 (três) processos de Sindicância no CBPF. Todos devidamente já registrados no sistema.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			-	10.153.182,00
CRÉDITOS	Suplementares		-	1.142.502,04
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos Cancelados				

Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		-	-	11.295.684,04	
Dotação final 2012(B)					
Variação (A/B-1)*100		#DIV/0!	#DIV/0!	(100,00)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		1.475.350,00			
CRÉDITOS	Suplementares	658.197,55			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		2.133.547,55	-	-	-
Dotação final 2012(B)		-			
Variação (A/B-1)*100		(100,00)	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

4.1.1.1 Análise Crítica

A programação de despesas do exercício sofreu impacto pela necessidade de contingenciamento determinada pelo MCTI.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	240133	240120	20TP	7.055,20	-	-
Concedidos						
Recebidos	240106/240128	240120		-	-	15.000,00
Concedidos						
Recebidos	240121	240120	2000			800.000,00
Concedidos						
Recebidos	240123	240120	2000			29.582,18
Concedidos						
Recebidos	240126	240120	2000			13.168,47
Concedidos						
Recebidos	240127	240120	2000			508.723,33
Concedidos						
Recebidos	240128	240120	2000			1.398,48
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7			545.950,62
Concedidos						
Recebidos	240113/240128	240120	20V7			102.358,89
Concedidos						
Recebidos	240113/240128	240120	20V7			

						97.641,11
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7			60.000,00
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7			200.000,00
Concedidos						
Recebidos	240113/240127	240120	20V7			40.282,22
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7			52.481,00
Concedidos						
Recebidos	240112	240120	20US			15.990,00
Concedidos						
Recebidos	240128	240120	4126			313.829,48
Concedidos						
Recebidos	240127	240120	4128			185.712,89
Concedidos						
Recebidos	240127	240120	4128			20.000,00
Concedidos						
Recebidos	240123	240120	4139			8.718,64
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN			272.695,50
Concedidos						
Recebidos	240126	240120	20UK			46.936,25
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN			

						45.387,23
Concedidos						
Recebidos	240124	240120	20UO			7.982,46
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN			254.575,67
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN			21.723,33
Concedidos						
Recebidos	240113/240128	240120	20US			48.200,00
Concedidos						
Recebidos	240112	240120	20US			220.000,00
Concedidos						
Recebidos	240133	240120	2000			23.298,62
Concedidos						
Recebidos	240118	240120	6702			24.781,80
Concedidos	240120	240133	2000			(10.400,00)
Recebidos						
Concedidos	240120	240133	20UN	-	-	(11.904,00)
	TOTAL			7.055,20	-	3.954.114,17
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	240113/240128	240120	20V7	144.600,00		
Concedidos						

Recebidos	240113/240123	240120	20V7	207.962,00		
Concedidos						
Recebidos	240113/240104	240120	20V7	784.400,00		
Concedidos						
Recebidos	240113/240126	240120	20V7	110.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	2000	114.077,44		
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7	407.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240113/240128	240120	20V7	459.508,80		
Concedidos						
Recebidos	240113	240120	20V7	6.329,00		
Concedidos						
Recebidos	240113/240127	240120	20V7	399.049,46		
Concedidos						
Recebidos	240113/240126	240120	20V7	127.765,55		
Concedidos						
Recebidos	240121/2401126	240120	2000	60.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240126	240120	2000	440.798,27		
Concedidos						
Recebidos	240127	240120	2000	71.000,00		
Concedidos						

Recebidos	240128	240120	2000	15.957,78		
Concedidos						
Recebidos	240114	240120	2000	60.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240123	240120	2000	13.019,89		
Concedidos						
Recebidos	240125/240127	240120	4125	96.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240128	240120	4126	147.865,64		
Concedidos						
Recebidos	240127	240120	4128	237.426,74		
Concedidos						
Recebidos	240123	240120	4139	178.105,11		
Concedidos						
Recebidos	240126	240120	20UK	105.130,00		
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN	614.464,66		
Concedidos						
Recebidos	240124	240120	20UO	6.641,11		
Concedidos						
Recebidos	240126	240120	20UK	699.090,33		
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN	500.377,71		
Concedidos						

Recebidos	240104	240120	20UN	754.947,20		
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20UN	93.900,00		
Concedidos						
Recebidos	240112	240120	20US	80.000,00		
Concedidos						
Recebidos	240104	240120	20V6	274.323,35		
	TOTAL			7.209.740,04		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	240123	240120	2095			51.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	240123	240120	2095	1.709.925,00		
	TOTAL			1.709.925,00		51.000,00

Análise crítica: Do valor total recebido: R\$ 14.128.534,34, R\$ 1.612.542,42 foram recebidos por TDC - Termo de Descentralização de Crédito, R\$ 164.868,55 descentralizado pela CAPES para apoiar aquisição de equipamento destinados ao Programa de Pós-Graduação do CBPF, R\$ 23.298,62, destaque efetuado pela UG 240133 para capacitação dos funcionários da Unidade, R\$ 7.055,20 com despesas com pessoal, R\$ 838,08

destaque da CAPES para pagamento de serviços prestados de banca examinadora de concurso público e o valor de R\$ 12.319.941,47 referem-se a repasses das Unidades de Pesquisas do MCTI para contratação de câmbio das importações de equipamentos, materiais de consumo e serviços, por efeito do Contrato de Cooperação celebrado em 2009 pelas Unidades.

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos					-	
Recebidos	154045	240120	20RK		-	838,08
Concedidos					-	
Recebidos	323030/240126	240120	8785		-	360,30
					-	
	TOTAL				-	1.198,38
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos					-	-
Recebidos	154003	240120	20GK	164.868,55	-	-
Concedidos					-	-
Recebidos	323030/240126	240120	8785	515.000,00	-	-
					-	-
	TOTAL			679.868,55	-	-

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
Modalidade de Contratação				
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.714.051,19	5.753.303,07	5.714.051,19	5.485.875,34
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.714.051,19	5.753.303,07	5.714.051,19	5.485.875,34
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.909.089,29	5.742.517,29	3.909.089,29	5.155.391,46
h) Dispensa	3.859.349,06	5.549.097,96	3.859.349,06	5.092.065,06
i) Inexigibilidade	49.740,23	193.419,33	49.740,23	63.326,40
3. Regime de Execução Especial	11.201,37	22.328,88	11.201,37	22.328,88
j) Suprimento de Fundos	11.201,37	22.328,88	11.201,37	22.328,88
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	12.803,49	77.247,44	12.803,49	77.247,44
k) Pagamento em Folha	-	49.792,83	-	49.792,83
l) Diárias	12.803,49	27.454,61	12.803,49	27.454,61
5. Outros	111.832,23	146.140,70	111.832,23	146.140,70
6. Total (1+2+3+4+5)	9.758.977,57	11.741.537,38	9.758.977,57	10.886.983,82

OBS: DO DESTAQUE DE R\$ 22.304,00 À UG 240.133-RECURSOS HUMANOS PARA PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS FORAM LIQUIDADOS E PAGOS R\$ 20.747,36.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.714.051,19	5.753.303,07	5.714.051,19	5.485.875,34
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.714.051,19	5.753.303,07	5.714.051,19	5.485.875,34
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.909.089,29	5.742.517,29	3.909.089,29	5.155.391,46
h) Dispensa	3.859.349,06	5.549.097,96	3.859.349,06	5.092.065,06
i) Inexigibilidade	49.740,23	193.419,33	49.740,23	63.326,40
3. Regime de Execução Especial	11.201,37	22.328,88	11.201,37	22.328,88
j) Suprimento de Fundos	11.201,37	22.328,88	11.201,37	22.328,88
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	12.803,49	77.247,44	12.803,49	77.247,44
k) Pagamento em Folha	-	49.792,83	-	49.792,83
l) Diárias	12.803,49	27.454,61	12.803,49	27.454,61
5. Outros	91.084,87	146.140,70	91.084,87	146.140,70
6. Total (1+2+3+4+5)	9.738.230,21	11.741.537,38	9.738.230,21	10.886.983,82

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
<i>1. Despesas de Pessoal</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
319013-Encargo Patronal	7.055,20	15.719,69	7.055,20	15.719,69	-	-	-	-	
319008-outros Benefícios	-	14.654,93	-	14.654,93	-	-	-	-	
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>									
339030-Material Consumo	627.523,64	793.682,02	553.610,00	638.534,35	160.468,24	164.628,46	714.078,24	668.869,96	
339037-Loc.Mão-de-obra	5.579.594,03	5.098.909,73	5.289.100,54	598.909,73	-	51.476,92	5.289.100,54	5.150.386,65	
339039-Out.Serv.Terceiros	3.584.418,49	3.475.084,09	2.925.238,17	2.953.985,05	484.667,75	84.686,50	3.409.905,92	3.587.337,22	
Demais elementos do grupo	396.499,60	73.469,69	387.509,53	727.199,69	7.500,00	327.667,68	361.405,57	1.132.638,90	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
449039-out. Serv. Terceiros	18.805,25	-	17.505,25	-	350,20	-	17.855,45	-	

449052- Equip.Mat.Permanente	1.453.907,70	1.448.139,02	672.453,18	1.168.255,60	67.425,51	378.450,00	739.878,69	1.901.516,01
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	27.115,98	-	26.765,78	-	-	-	26.765,78
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:		
<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>
1. Despesas de Pessoal								
<i>319013-Encargo Patronal</i>	7.055,20	15.719,69	7.055,20	15.719,69	-	-	-	-
<i>319008-outras Benefícios</i>	-	14.654,93	-	14.654,93	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2. Juros e Encargos da Dívida								

<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
<i>339030-Material Consumo</i>	627.523,64	793.682,02	553.610,00	638.534,35	160.468,24	164.628,46	714.078,24	668.869,96
<i>339037-Loc.Mão-de-obra</i>	5.579.594,03	5.098.909,73	5.289.100,54	598.909,73	-	51.476,92	5.289.100,54	5.150.386,65
<i>339039-Out.Serv.Terceiros</i>	3.584.418,49	3.475.084,09	2.925.238,17	2.953.985,05	484.667,75	84.686,50	3.409.905,92	3.587.337,22
<i>Demais elementos do grupo</i>	375.752,24	73.469,69	366.762,17	727.199,69	7.500,00	327.667,68	340.658,21	1.132.638,90
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
<i>4. Investimentos</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>
<i>449039-out. Serv. Terceiros</i>	18.805,25	-	17.505,25	-	350,20	-	17.855,45	-
<i>449052-Equip.Mat.Permanente</i>	1.453.907,70	1.448.139,02	672.453,18	1.168.255,60	67.425,51	378.450,00	739.878,69	1.901.516,01
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	27.115,98	-	26.765,78	-	-	-	26.765,78
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	38.505,48	297.644,74	38.505,48	54.589,85
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	38.505,48	297.644,74	38.505,48	54.589,85
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	5.733.702,02	2.659.420,39	5.733.702,02	988.674,34
h) Dispensa	5.733.702,02	2.500.913,39	5.733.702,02	988.674,34
i) Inexigibilidade	-	158.507,00	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	39.213,33	-	39.213,33
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	-	39.213,33	-	39.213,33
5. Outros	45.174,68	26.816,76	45.174,68	26.816,76
6. Total (1+2+3+4+5)	5.817.382,18	3.023.095,22	5.817.382,18	1.109.294,28

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
Grupos de Despesa	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								

<i>Nome 1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3 – Outras Despesas Correntes								
<i>339030 - Mat. Consumo</i>	1.398.956,85	869.525,23	263.773,55	176.429,28	2.056.963,16	285.753,62	1.562.814,76	448.437,26
<i>339037 - loc.Mão-Obra</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>339039 - Out.Serv.Terceiros</i>	2.513.347,29	908.400,96	838.177,01	291.283,59	1.117.697,72	387.494,75	1.673.859,16	588.137,60
<i>230947,1</i>	230.947,10	339.474,03	214.957,10	335.974,03	341,09	4.500,00	218.457,10	340.474,03
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<i>449039 - software</i>	-	-	-	-	-	44.773,63	42.928,76	-
<i>449052 - Equi.Mat. Permanente</i>	9.801.384,19	861.195,00	4.493.418,82	250.597,38	1.291.861,05	1.414.524,58	5.723.928,69	1.598.690,16
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6 – Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								

Demais elementos do grupo								
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

1) Alterações significativas ocorridas no exercício:

Houve alteração significativa no exercício devido à necessidade de corte de despesas requerida pelo MCTI.

2) Contingenciamento

A gestão orçamentária foi afetada por contingenciamento.

3) Eventos negativos/positivos

Apesar do empenho da instituição em executar totalmente o orçamento, vários itens não puderam ser executados financeiramente devido a atrasos na entrega de equipamentos, por diferentes empresas, principalmente em processos de importação, e na conclusão de obras, devido a intempéries e serviços mal executados.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 122.168,56	R\$ 41.267,68	R\$ 80.807,78	R\$ 93,10
2011	R\$ 1.447,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.447,55
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 7.890,00	R\$ 7.890,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

...				
-----	--	--	--	--

4.3.1 Análise Crítica

O saldo a pagar de Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS refere-se a processos que se encontram na pendência do fornecimento de bens e serviços pelas contratadas. Estão sendo impetradas as ações cabíveis para a execução/fornecimento de tais bens/serviços. Essas empresas também serão cadastradas como más fornecedoras, visando a evitar futuras contratações. Além disso, o montante não é excessivo, por esta razão, tais RPs não impactarão de forma decisiva a gestão financeira da Unidade.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	0	1	1	-	606.600,00	1.123.400,00
Termo de Compromisso						
Totais	0	1	1	-	606.600,00	1.123.400,00

Fonte:

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF					
CNPJ: 04.044.443/0001-35		UG/GESTÃO: 240120/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		606.600,00	
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		1.123.400,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

4.4.5 Análise Crítica

A unidade não teve transferência via convênio ou contrato de repasse. A única transferência se deu via Termo de Descentralização de Crédito (TDC) com base no Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que abriga o Instituto Internacional de Física, no âmbito das Portarias Ministeriais que regem o Programa das Entidades Associadas (Portaria MCT nº 510, de 12 de agosto de 2008 & Portaria MCT nº 613, de 23 de julho de 2009). A prestação de contas enviada pela UFRN foi encaminhada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que a acatou.

4.5 Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	6	1.042,55	20	10.138,96	11.181,51
2012	-	-	8	1.195,67	32	25.511,67	26.707,34
2011		-	13	1.188,26	65	55.681,86	56.870,12

Nota Explicativa:

A composição do valor de **R\$ 11.181,51**, corresponde aos seguintes movimentos:

Pagamento faturas referente a dezembro de 2012 pagas em 2013, no total de R\$ 890,70

Mônica Ramalho Silveira - fatura no valor de.....(-) R\$ 437,70

Octacílio Costa Carvalho - fatura no valor de(-)R\$ 373,00

Faturas de dezembro a pagar em janeiro de 2014 no valor de R\$ 910,56:

Maria de Fátima Alves Costa - fatura no vlaor de(+R\$ 910,56

TOTAL DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE 2013.....R\$ 11.201,37

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Valores em R\$
1,00

Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Código da UG 1			Limite de Utilização da UG			
MÔNICA RAMALHO SILVEIRA	001.600.977-03	943,3	-	943,30	943,30	
EDSON WALTZ CORREA	382.498.477-68	2170,55	-	2.170,55	2.170,55	
AILTON DIAS DE OLIVEIRA	46.971.877-00	488,17	-	488,17	488,17	
OCTACÍLIO COSTA CARVALHO	608.598.147-34	1435,16	162,16	1.273,00	1.435,16	
MARIA DE FÁTIMA ALVES COSTA	733.802.707-25	2522,5	-	2.522,50	2.522,50	
ALEXANDRE SILVA DA COSTA	831.091.027-49	3621,83	880,39	2.741,44	3.621,83	
Total Utilizado pela UG			1.042,55	10.138,96	11.181,51	
Código da UG 2			Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-	-	-	
Total Utilizado pela UJ			1.042,55	10.138,96	11.181,51	

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							15	11.201,37	22	22.328,88	46	56.870,12

4.5.5 Análise Crítica

Conforme recomendação da CGU, e de acordo com as normas que regem o uso do Cartão Corporativo, esse tem sido utilizado para suprir necessidades especiais. Os valores mais altos dizem respeito especialmente às despesas eventuais do setor de Apoio Administrativo (SAA), cuja tarefa primordial é a manutenção da infraestrutura predial da instituição. Considere-se que as instalações do CBPF são bastante antigas e, além das necessidades de manutenção usuais, reparos constantes também são necessários. Também, em razão de um significativo número de laboratórios experimentais, há a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos emergenciais. As despesas realizadas através desse instrumento são acompanhadas mensalmente pelos Coordenadores das áreas e pelo Serviço Financeiro (SEF) através das prestações de contas apresentadas, conforme exigido em Lei, e estão disponíveis no site www.comprasnet.gov.br.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	142	18	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	142	18	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	142	18	2

Fonte:

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte:

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	14	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	14	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				

1.2.4. Sem Vínculo	1			
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1	14	0	0

Fonte:

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	6	23	24	51	24
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	6	23	24	51	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	3	9	3
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0				
2.3. Funções Gratificadas			3	9	3
3. Totais (1+2)	6	23	27	60	27

Fonte:

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	0	3	25	25	2	6	66
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1		3	25	25	2	6	66
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	2	2	1	0	10
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	2	1		10
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	1	0	3	27	27	3	6	76

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013									

	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	8.266.022,48	-	10.245.500,00	107.401,19	-	1.435.664,30	433.887,79	10.558,07	170.615,28	20.669.649,11
	2012	7.324.642,08	-	5.972.124,42	#####	595.306,43	945.586,33	5.036,30	112.282,52	250.365,20	20.618.850,70
	2011	8.410.689,38	-	11.759.617,44	#####	-	910.379,24	#####	-	-	24.993.168,41
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	835.693,00	384.336,12	1.024.500,00	10.730,00	-	143.565,00	43.338,00	-	-	2.442.162,12
	2012	866.535,44	970.855,08	225.881,28	545.502,01	48.364,60	81.483,65	92.922,34	1.483,85	7.918,46	2.840.946,71
	2011	729.180,67	362.115,72	197.553,20	#####	50.972,00	65.819,95	-	-	-	2.821.617,63
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										

Fonte:

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	89	11
1.1 Voluntária	86	11
1.2 Compulsória	2	
1.3 Invalidez Permanente	1	
1.4 Outras		
2. Proporcional	40	0
2.1 Voluntária	26	
2.2 Compulsória	2	
2.3 Invalidez Permanente	12	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	129	11

Fonte:

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	4	3
1.1. Integral	4	3

1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	3	2
3. Total (1+2)	7	5

Fonte:

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	18		18	
Concessão de aposentadoria	11	5	11	5
Concessão de pensão civil	6	2	6	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	35	7	35	6

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	18	0	0

Concessão de aposentadoria	0	2	4	5
Concessão de pensão civil	0	1	2	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	21	6	8
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A UJ não possui um sistema próprio de controle interno para detectar a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em havendo eventual suspeita de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, se reportaria diretamente à interpretação do caso à Advocacia Geral da União (AGU) e à Controladoria Geral da União (CGU) para a tomada das providências cabíveis.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No caso das carreiras de gestão e técnica, para aferir a produção dos servidores, a instituição utiliza uma ficha de avaliação instituída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No caso das carreiras de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico, o desempenho é avaliado com base na Portaria CBPF nº 25 de 02 de dezembro de 2004 e na Lei nº 8.691 de 28 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 29/07/1993, que rege o Plano de Carreiras do MCTI, estabelecendo as atividades a serem desempenhadas pelos diversos níveis das carreiras.

O nível de absenteísmo na instituição é irrelevante. Desde 2005 foram normatizadas e disponibilizadas as regras de segurança e implantadas políticas para sua divulgação o que faz com que acidentes de trabalho sejam bastante reduzidos. Um aspecto já ressaltado no presente relatório é a necessidade de maiores investimentos na capacitação especialmente na área de gestão. Tendo em vista a elevada faixa do quadro de servidores na área de gestão, a maior parte já no último nível do plano de carreira, seria necessário também um maior estímulo para que esses realizassem cursos de aperfeiçoamento e atualização.

Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos

A idade média do quadro de servidores do CBPF é bastante alta e a instituição tem solicitado constantemente a abertura de novas vagas visando ao atendimento de suas demandas atuais e de novos projetos previstos no Plano Diretor para o quinquênio 2011-2015.

A situação dos quadros de pesquisa, técnico e administrativo é bastante grave. Há grande carência de servidores considerando-se especialmente as metas estabelecidas visando à ampliação da atuação da unidade e as aposentadorias ocorridas nos últimos exercícios, assim como as previstas para os próximos anos. Em 2012 dois servidores da área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico faleceram e três pesquisadores se aposentaram. A reposição de tais servidores é essencial para que possamos manter e expandir as atividades da instituição que vem se orientando cada vez mais para ser o instituto aglutinador e propulsor das atividades em Física no país.

Como mencionado, em 2012 foram realizados concursos públicos para doze vagas para Pesquisador-Adjunto (carreira de Pesquisa), cinco para Técnico (carreira de Desenvolvimento Tecnológico) e duas – das quais somente uma foi preenchida – para Analista em C&T (carreira de Gestão e Infraestrutura). A instituição não foi contemplada com nenhuma vaga para o cargo de Tecnologista (carreira de Desenvolvimento Tecnológico), e nenhuma para o cargo de Assistente (carreira de Gestão e Infraestrutura), o que agravou bastante a situação.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Os cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade não tem sido preenchidos por mão de obra terceirizada.					

Fonte: Serviço de Recursos Humanos – SRH/CBPF.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas													
UG/Gestão: 240120/00001						CNPJ: 4.044.443/0001-35							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	006/2012	11.305.804/0001-15	18/06/2012	18/06/2014	30	30	-	-	-	-	P
2011	V	O	017/2011	03.007.660/0001-92	01/01/2012	01/01/2015	1 7	17	-	-	-	-	P
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio subordinado à Coordenação de Administração da UJ.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas													
UG/Gestão: 240120/00001						CNPJ: 4.044.443/0001-35							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.

					Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	8	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	1	1	-	-	-	-	E
20112	8	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	1	-	-	-	-	-	E
2012	9	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	1	1	-	-	-	-	E
2012	9	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	1	1	-	-	-	-	E
2012	3	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/05/2013	-	-	10	10	-	-	E
2012	2	O	007/2012	02.614.250/0001-47	01/06/2012	01/06/2013	1	1	-	-	-	-	E
2008	5	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	8	2	-	-	-	-	P
2008	5	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	-	2	2	-	-	P
2008	8	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	2	3	-	-	-	-	P
2008	7	O/E	004/2009	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	-	-	1	1	-	P
2008	9	O/E	004/2010	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	11	13	-	-	-	-	P
2008	3	O/E	004/2011	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	-	-	-	1	3	P
2008	3	O/E	004/2012	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	-	22	31	-	-	P
2008	2	O/E	004/2013	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	3	3	-	-	-	-	P
2008	12	O/E	004/2014	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	-	-	1	1	-	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva e de prestação de serviços com locação de mão de obra têm sido executados de maneira satisfatória às necessidades da unidade.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	5	5	21.327,31
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	3	3	5	5	21.327,31
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	3	3	5	5	21.327,31

Fonte: Serviço de Recursos Humanos.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do CBPF:
Decreto nº 6.403, de 17 de Março de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos de propriedade do CBPF são utilizados somente para transporte institucional (passageiros, documentos e materiais). A disponibilidade de veículos permite agilizar procedimentos pertinentes e necessários às atividades institucionais como transporte de equipamentos, visitantes, etc. A relação custo/benefício tem sido satisfatória.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

A instituição dispõe de cinco veículos para uso institucional.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida no item 3 supra:

Aproximadamente 20.000 km cada veículo.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Idade média da frota, por grupo de veículos:

Fiat Doblô – 2005

Peugeot Boxer – 2010/2011

Kia Bongo – 2010/2011

Renault Sandero – 2012

Renault Sandero – 2012

Idade média = 4 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Manutenção: R\$ 688,00

Combustível: R\$ 15.299,35

Seguros: R\$13.150,00

g) Plano de substituição da frota:

Não possuímos plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O CBPF sempre possuiu frota própria de veículos e esse modelo sempre demonstrou ser eficiente, econômico e adequado às necessidades institucionais.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Utilização de boletim diário de tráfego, controle de combustível e controle de gastos com manutenção dos veículos.

OBS: A instituição NÃO contrata veículos de terceiros.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A UJ não possui frota contratada de terceiros.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	1	1
	município 1 - Rio de Janeiro	1	1
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	-	-
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-

	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240120	6001002875005	11	3	7.479.523,81	16/05/2012	29.477.826,04	-	605.180,05
Total							-	605.180,05

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

OBS: Por orientação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) os dois prédios onde a Instituição desenvolve suas atividades foram unificados, passando a ter um único RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) tendo em vista poderem ser considerados um único *campus*.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de	Valor do Imóvel	Despesa no Exercício
-------------	-----	-----------	-----------------	----------------------

		Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	6001002875005	3	#####	16/05/2012	29.477.826,04	-	605.180,05
Vazios							
Total						-	605.180,05
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).							

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	x	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	x	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	x	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	x	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X		Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.

	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
x	Auditoria de governança de TI.
x	Auditoria de sistemas de informação.
x	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
x	Outra(s) Qual(is)?de segurança da informação
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI prioritizadas e as vincula ao orçamento de TI.

x	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.cbpf.br/pdti/2013_2015.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Comentários
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.
Consideramos as questões sobre a política de gestão da Tecnologia da Informação adequadas.

7.1.1 Análise Crítica

A formalização e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação aconteceu no final do ano de 2013 e ainda estamos implementando e nos adaptando as normas estabelecidas no plano.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
		Sim ()		Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1746rm	2751rm	580rm	21.817,14	25.565,65	31.361,40
Água	1.154,40m3	13.079,00m3	3.800,00m3	13.456,39	56.331,24	180.120,85
Energia Elétrica	3.763.803kw	3.545.130kw	3.348.708kw	1.567.347,28	1.619.402,32	1.893.593,04
			Total	1.602.620,81	1.701.299,21	2.105.075,29

Fonte:

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação Estabelecer formalmente o PDTI ou outro instrumento ou mecanismo efetivo de planejamento para a área de TI, que permita ao gestor conhecer previamente as necessidades de aquisições e contratações de equipamentos e suprimentos da área de modo a viabilizar a realização dos devidos processos licitatórios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Atividades Técnicas			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: a formalização e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação aconteceu no final do ano de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade ainda está implementando e se adaptando às normas estabelecidas no plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de elaboração do plano.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Constituir Comissão para a Coleta Seletiva Solidária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: Foi constituída comissão para coleta seletiva solidária.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade ainda está apurando os resultados da medida adotada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como foi constituída comissão para criação e execução do Plano de Logística Sustentável do CBPF, a realização de coleta seletiva solidária está incluída no rol de tarefas dessa comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação Implantar uma efetiva separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, na forma estabelecida no Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: foi firmado um Termo de Compromisso cujo objeto é a destinação de materiais recicláveis e tem por base o Decreto nº			

5.940/2006, assinado entre o CBPF e a Cooperativa Coopquitungo, cuja vigência é de 13/05/2013 a 12/05/2015.
Síntese dos Resultados Obtidos: destinação adequada de materiais recicláveis.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A criação da comissão para o PLS do CBPF alavancou os trabalhos destinados a redução do impacto das atividades no meio ambiente.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Buscar orientações, junto ao MCTI, sobre a atribuição de fiscalização dos objetos pactuados e de análise das prestações de contas, no que se refere aos Termos de Cooperação inerentes ao Programa de Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: O diretor do CBPF expediu ofício ao MCTI buscando as orientações em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos: Por meio do Ofício nº 2112/2012, a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura esclareceu que não recebe descentralização de crédito da UFRN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora o MCTI considere que o CBPF tem a atribuição de fiscalizar os objetos pactuados, a única entidade associada discorda. De qualquer modo, não se pretende dar continuidade ao termo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente rotina para a execução das despesas com CPGF, que preveja:			

<ul style="list-style-type: none"> - o estabelecimento prévio do limite de utilização e o valor para cada portador de cartão de pagamento; - a necessidade de especificação, caso a caso, da situação que justificou o uso do CPGF, dentro dos critérios definidos; e - a limitação do valor para despesas excepcionais e de pequeno vulto, independentemente da classificação contábil. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIORG
<p>Síntese da Providência Adotada: foi elaborada uma rotina de execução de despesas com o CPGF contendo os itens solicitados.</p> <p>Síntese dos Resultados Obtidos: a CGU reconheceu, na mesma nota técnica em referência, o atendimento da recomendação.</p> <p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor A recomendação do OCI facilitou a organização interna da unidade.</p> <p>Unidade Jurisdicionada</p>			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
<p>Descrição da Recomendação Estabelecer rotina/procedimento de cadastramento de atos no SISAC, considerando ainda a conveniência de alocar um servidor para a função, de modo a cumprir os prazos estabelecidos pelo TCU.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Serviço de Recursos Humanos – Coordenação de Administração.			Código SIORG
<p>Síntese da Providência Adotada: foi elaborada rotina para cadastramento de atos no SISAC.</p> <p>Síntese dos Resultados Obtidos: a CGU reconheceu o atendimento da recomendação na mesma nota técnica em referência.</p> <p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de elaboração da rotina.</p> <p>Unidade Jurisdicionada</p>			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Formalizar a criação do comitê de TI, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: a Portaria do CBPF nº 18, de 26/03/2013, designou a Comissão de Tecnologia da Informação – TI com a finalidade de auxiliar nas decisões da Diretoria do CBPF nas questões relativas à gestão e ao uso Corporativo da TI.			
Síntese dos Resultados Obtidos: foi elaborado um planejamento para a área de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade no que concerne à área de TI.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Realizar estudo sobre as necessidades de recursos humanos de TI no CBPF, especialmente na Coordenação de Atividades Técnicas – CAT, e encaminhá-lo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, de modo que esse fique ciente da carência de pessoal de TI no CBPF.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Atividades Técnicas			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: foram realizados estudos das necessidades de TI relativas a software, hardware e recursos humanos, além de ofício encaminhando esse estudo à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI – SCUP/MCTI.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade se planeja melhor na área de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade na área de TI.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIO RG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIO RG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Licitar os serviços de desembaraço aduaneiro considerando as necessidades de todos os órgãos para os quais o CBPF realiza importações de equipamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIO RG

Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi informada pelo setor responsável.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIO RG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIO RG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Realizar estudo, consultando o MCTI, se necessário, sobre a forma mais vantajosa para contratação dos serviços de frete (nacional e internacional) e seguro relacionados com a importação de equipamentos, respeitando os princípios da impessoalidade e da isonomia, bem como o devido processo licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIO RG
Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi informada pelo setor responsável.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIO RG

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Definir procedimento a ser adotado na aprovação das despesas reembolsadas à empresa que realiza o desembaraço aduaneiro, incluindo a necessidade de exigência dos comprovantes dos pagamentos realizados, emitidos pelos reais beneficiários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento: Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi informada pelo setor responsável.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código

			SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente procedimento, rotina ou checklist para as contratações por inexigibilidade de licitação, com a finalidade de considerar toda a legislação que rege a matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de anexação de justificativa dos preços praticados ou dos documentos que comprovem a impossibilidade de obtê-la.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi informada pelo setor responsável.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação : Especificar objetivamente, nos editais/termos de referências dos certames realizados, os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelas empresas licitantes, em cada caso, conforme aplicabilidade e viabilidade, abstendo-se de incluí-los de forma genérica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foi informada pelo setor responsável.			
Unidade Jurisdicionada			

Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação : Caso as fiscalizações e análise das prestações de contas sejam atribuições do CBPF, estabelecer a rotina para realização de tais atividades, bem como providenciar a estrutura necessária à sua execução (pessoal, material, equipamentos etc.).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento A única fiscalização cabível seria em relação ao convênio firmado junto à UFRN, mas essa universidade se manifestou no sentido de não concordar com que fossem realizadas as fiscalizações pelo CBPF.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se pretende dar continuidade ao convênio, razão pela qual a recomendação perde seu objeto no momento.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: aprimorar o fluxo interno de informações da unidade, de modo que as informações fornecidas no próximo Relatório de Gestão do CBPF reflitam a real situação da UJ, especialmente no que se refere aos controles internos.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foi informada pelo setor responsável.	

9.4 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			15
	Entregaram a DBR			15
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A unidade tinha no exercício de 2013 apenas 14 servidores em cargos comissionados que, segundo a Lei nº 8.730/93, estão obrigados a entregar a Declaração de Bens e Rendas. O Serviço de Recursos Humanos (SRH), subordinado à Coordenação de Administração, é o órgão responsável por receber e guardar as Declarações de Bens e rendas (DBRs). Foi disponibilizada, àqueles que desejassem, a opção pela autorização eletrônica para acesso à base de dados da Receita Federal. As DBRs são mantidas sob a guarda do SRH que guarda sigilo não só sobre as informações nelas contidas, mas também sobre quaisquer assuntos que o exija relativos aos servidores da UJ.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **(EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA)**, CPF nº 769.667.557-53, **(CHEFE DE SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO)**, exercido na **(CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2014.


(EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA)

(CPF: 769.667.557-53)

(Chefe de Serviço de Material e Patrimônio/Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas)

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A unidade possui balcão de atendimento ao cidadão logo na entrada de seu edifício-sede, portando computador com acesso ao e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão), com base na LAI, a Lei de Acesso à Informação. Além disso, o atendimento realizado diretamente através do e-SIC é célere, sempre com observância dos prazos. Ocorre que a ferramenta parece não funcionar adequadamente do ponto de vista do princípio da eficiência da Administração Pública, uma vez que, por razões desconhecidas, a maioria esmagadora das solicitações de informação recebidas não tratam de assunto de competência do órgão. Isso parece acarretar um desproporcional gasto de tempo das duas servidoras encarregadas de responder às perguntas que chegam através desse canal. Uma breve amostragem da situação pode ser obtida através do seguinte levantamento:

Por outro lado, como a UJ é um instituto de pesquisa, não tem clientes ou usuários de produtos e/ou serviços propriamente ditos. Por isso, seus mecanismos de relacionamento com a sociedade dizem mais respeito à divulgação científica, isto é, atividades de divulgação da ciência voltada ao público não especializado.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Procedimentos operacionais relativos à reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão. Em consideração à Resolução n.º 1.136/2008 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC de 21 de novembro de 2008, que aprova as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.9, NBC T 16.10 que estabelecem critérios e procedimentos para o registro contábil da Depreciação, Amortização e Exaustão, a Macrofunção n.º 02.03.30, do Manual SIAFI, que estabelece as diretrizes para realização da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e a orientação sobre registro de depreciação encaminhada por Comunicação SIAFI n.º 2009/1299579, da STN/CCONT, foram definidos critérios para a realização da reavaliação de bens móveis e a determinação metodológica interna a ser desenvolvida:

I – Reavaliação: adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes, quando estes forem superiores ao valor contábil. Na impossibilidade de se estabelecer o valor de mercado, o valor do ativo permanente pode ser definido com base em parâmetros de referência, que considerem características, circunstâncias e localizações assemelhadas.

II – Redução ao valor recuperável (*impairment*) – reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetuam normalmente.

III – Valor da reavaliação ou da redução do ativo a valor recuperável – diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico.

IV – Mensuração: ato de constatação de valor monetário para itens do ativo ou passivo, expresso em processo de evidenciação dos atos e fatos da gestão, revelado mediante a aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises tanto qualitativas quanto quantitativas.

V – Avaliação: atribuição de um valor monetário a itens do ativo ou passivo, cuja obtenção decorreu de julgamento fundado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, o processo de evidenciação dos atos e fatos da gestão.

VI - Valor de mercado ou valor justo - valor pelo qual pode ser intercambiado um ativo ou cancelado um passivo, entre partes conhecidas ou interessadas, que atuam em condições independentes e isentas.

VII – Valor residual – o valor pelo qual se espera vender um bem no fim de sua vida útil, com razoável segurança, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII – Vida útil – o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera retorno de um bem.

IX - Custo de aquisição de um bem - soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocar o bem em condição de uso.

X – Valor depreciável, amortizável e exaurível - o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

XI – Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

XII - Depreciação - a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

XIII – Amortização - a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

XIV – Exaustão - a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

Foi designada uma Comissão interna, através da Portaria nº 29 de 2 de maio de 201, composta por servidores públicos federais que serão responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos de reavaliação e depreciação acima descritos. A depreciação será realizada com base nos valores obtidos na reavaliação. Quando couber, os integrantes da comissão deverão registrar na depreciação acumulada na conta do ativo 14290.00.00, a importância total por conta contábil, dos valores que se originarem da aplicação dos percentuais a seguir relacionados, de acordo com as taxas anuais constantes da IN SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, alterada pela IN SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999:

Instalações.....	10%
Móveis e Utensílios.....	10%
Veículos.....	20%
Computadores e Periféricos.....	20%

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC Ts 16.9 e 16.10, no resultado apurado no exercício

A mudança de critério no âmbito da Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações estabelecida para o exercício de 2010, determinou o real valor dos bens patrimoniais ativos e a consequente avaliação patrimonial dos bens. O *valor bruto contábil*, valor do bem registrado na contabilidade em uma determinada data sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada não refletia contabilmente a realidade dos fatos. Com as mudanças na contabilidade do setor público, com vistas à melhoria da informação contábil, os registros espelham de modo fidedigno a situação patrimonial, um dos aspectos importantes para a apresentação da real situação patrimonial e critério de avaliação de ativos, que permite a quantificação fiel dos recursos controlados.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI			240120
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável	RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA	CRC n.º	08212/O-6

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Ainda sob a vigência do Plano Diretor 2011-2015 – a íntegra do documento encontra-se na página eletrônica da unidade (www.cbpf.br) –, oriundo de Planejamento Estratégico realizado em 2010, a instituição segue consolidando sua atuação enquanto promotor de conhecimento inovador e ao, mesmo tempo, procurando desenvolver suas aplicações e enfrentar os novos desafios que se colocam. O ano de 2013 foi marcado pela incorporação de novos servidores à unidade, fruto de concurso público realizado em 2012, que resultou no preenchimento de doze vagas na área de pesquisa, uma na área de gestão e três na área técnica. Destaca-se também, apesar do contingenciamento de despesas no exercício em referência, que o CBPF obteve desempenho considerado “Bom”, segundo os “Procedimentos de Avaliação de Desempenho” estabelecidos no texto do Termo de Compromisso de Gestão.

De acordo com a "Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015", a instituição se alinha a um dos grandes eixos do documento, denominado "sociedade do conhecimento", que prevê uma sociedade mais justa para cuja construção a ciência e a inovação desempenham papel determinante.

Entre as linhas de ações definidas para o alcance dessa meta pelo Ministério, e que permanecem vigentes, uma das mais relevantes é fazer com que as atividades de pesquisa tenham maior impacto sobre o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, socioeconômico do país.

Uma das ações já implementadas nesse sentido é a formação de redes nacionais de pesquisa, visando estreitar a cooperação entre as Unidades do MCTI e também permitir sua inserção em grandes projetos de alcance internacional em diversas áreas de atuação. Nesse sentido, cumpre destacar a atuação da unidade tanto na área de inovação e instrumentação científica no exercício de 2013, com um elevado número de pedidos de patente. Quanto à sua atuação na formação de redes de pesquisa, atualmente o CBPF é órgão gestor da RENAFAE, do LABNANO e integra a NANOTOX, além de abrigar o Instituto Nacional de Sistemas Complexos - INCT-SC e de integrar o Instituto Nacional de Informação Quântica - INCT-IQ – o qual, em 2013, foi avaliado como “excelente” pelo CNPq – todas áreas consideradas estratégicas para a ampliação e consolidação do desenvolvimento do país.

Dando continuidade também às ações implementadas no período anterior e que integram o plano em curso, o CBPF continuará avançando na criação de laboratórios multiusuários que venham atender não só demandas internas, mas também de outras unidades e instituições de pesquisa com viabilidade de gerar tecnologias que possam ser transferidas para a indústria e a sociedade.

O Plano Diretor para esse quinquênio concentra-se nesse objetivo, estabelecendo prioridades e metas relevantes, em um cenário que se encontra sob sua governabilidade. No entanto, para de fato cumprir as metas e objetivos propostos, é necessário aumentar substancialmente os recursos humanos da instituição (o número de servidores recém- ingressados no quadro da instituição, pelo concurso realizado em 2012, ainda é insuficiente), manter a expansão de seu orçamento verificada no período anterior e ter consolidadas as iniciativas de ampliação institucional previstas no PDU 2011 – 2015.